

Carolina Aguiar da Rosa

**PANORAMA E RECONFIGURAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS
PASSIVAS NO BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Contabilidade da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Contabilidade
Orientador: Prof. Dr. José Alonso
Borba

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rosa, Carolina Aguiar da
Panorama e reconfiguração das contingências passivas no
Brasil / Carolina Aguiar da Rosa ; orientador, José Alonso
Borba - Florianópolis, SC, 2014.
112 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Contabilidade.

Inclui referências

1. Contabilidade. 2. Provisões. 3. Passivos
Contingentes. I. Borba, José Alonso. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Contabilidade. III. Título.

Carolina Aguiar da Rosa

PANORAMA E RECONFIGURAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS PASSIVAS NO BRASIL

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade.

Florianópolis, 22 de agosto de 2014.

Prof. José Alonso Borba, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. José Alonso Borba, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Fernando Dal-Ri Murcia, Dr.
Universidade de São Paulo

Prof. Sérgio Murilo Petri, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Suliani Rover, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Valdirene Gasparetto, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esse trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por colocar na minha vida pessoas tão maravilhosas.

Aos meus pais por sempre acreditarem em mim.

À minha irmã pelo apoio.

Ao professor Dr. José Alonso Borba pela orientação e pela paciência.

Aos professores que participaram da banca pelo tempo dispendido e pelas críticas construtivas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFSC pelo conhecimento disseminado.

Aos colegas do curso pelo convívio e aprendizado.

"Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende."
(Leonardo da Vinci)

RESUMO

Analistas financeiros têm se preocupado com os efeitos dos itens fora do balanço (*off-balance sheet items*) que podem afetar a situação financeira das empresas. Um deles são os passivos contingentes. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é identificar o panorama das contingências passivas e mensurar os efeitos da sua reconfiguração na situação econômica de empresas brasileiras. Para atingir ao objetivo proposto, foram analisados 582 relatórios de empresas não-financeiras brasileiras: 311 Demonstrações Financeiras e 271 Formulários de Referência. Foram reclassificados os passivos contingentes a partir da criação de 5 cenários – otimista, parcialmente otimista, moderado, parcialmente pessimista e pessimista – e, então, foram mensurados os efeitos no lucro líquido e no patrimônio líquidos das empresas da amostra. Para identificar se as alterações causadas pela reclassificação eram representativas, foram elaboradas hipóteses de pesquisa e testadas a partir do Teste T de diferença de médias. Os resultados demonstram, quanto à evidenciação em notas explicativas das provisões e dos passivos contingentes, que, em média, 72% dos itens requeridos pelo CPC 25 foram evidenciados pelas empresas no ano de 2012. Ou seja, as empresas vêm evidenciando os itens requeridos pelas normas contábeis vigentes, mas não em sua totalidade. No que tange as características das provisões e das contingências passivas, as empresas brasileiras apresentam processos judiciais e administrativos que somam R\$498 bilhões. As provisões, que já foram contabilizadas e afetaram o lucro e o patrimônio das empresas, representam apenas 12% desse total (R\$58,8 bilhões). Destacam-se, principalmente, os processos tributários, que representam 69% do total. Quanto aos efeitos da reconfiguração das contingências passivas na situação econômica de empresas brasileiras, os resultados apontam que, exceto no cenário otimista (extremo inferior), nos demais cenários existem diferenças entre as médias tanto do resultado quanto do patrimônio líquido antes e após a reclassificação, originando evidências de que os efeitos econômicos dos passivos contingentes das empresas são significativos para estes cenários. Dessa forma, a complexidade de julgamento e o alto grau de subjetividade que estão presentes nas provisões e contingências passivas geram interesse e preocupação dos pesquisadores e usuários da informação contábil. Além disso, a partir dos achados desta pesquisa, percebe-se também a representatividade que estas possuem no patrimônio das empresas.

Palavras-chave: Provisões. Passivos Contingentes. Reconfiguração. Cenário Brasileiro.

ABSTRACT

Financial analysts have been concerned with the effects of off-balance sheet that may affect the financial situation of enterprises. One of them is the contingent liabilities. Thus, the objective of this research is to identify the landscape of contingent liabilities and measure the effects of reconfiguring the economic situation of Brazilian companies. To achieve the proposed objective, 582 reports of Brazilian non-financial companies were analyzed: 311 Financial Statements and 271 Reference Forms. contingent liabilities were reclassified from the creation of five scenarios - optimistic, partially optimistic, moderate, partly pessimistic and pessimistic - and were then measured the effects on net income and net assets of the sample companies. To identify whether the changes caused by the reclassification were representative, research hypotheses were developed and tested using the t test for difference of means. The results show how the disclosure in the notes to provisions and contingent liabilities, which, on average, 72% of the items required by CPC 25 were evidenced by companies in 2012. In other words, companies are showing the items required by current accounting standards, but not in its entirety. Regarding the characteristics of provisions and contingent liabilities, Brazilian companies have legal and administrative proceedings totaling R\$498 billion. Provisions that have been accounted for and affected the profit and equity of companies represent only 12% of this total (R\$58.8 billion). Stand out, especially the tax, which represent 69% of the total. The effects of the reconfiguration of contingent liabilities in the economic situation of Brazilian companies, the results indicate that, except in the optimistic scenario (lower end) in other scenarios there are differences between the means of both as a result of net assets before and after reclassification giving evidence that the economic effects of the contingent liabilities of the companies are significant for these scenarios. Thus, the complexity of the trial and the high degree of subjectivity that are present in provisions and contingent liabilities generate interest and concern of researchers and users of accounting information. Furthermore, from the findings of this research, it also realizes that they have representation in the equity of companies.

Keywords: Provisions. Contingent Liabilities. Reconfiguration. Brazilian Scenario.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Empresas analisadas.....	50
Tabela 2: Setores das empresas analisadas.....	50
Tabela 3: Cenários e reclassificações.....	55
Tabela 4: Cenários e reclassificações.....	56
Tabela 5: Evidenciação de provisões e passivos contingentes.....	59
Tabela 6: Evidenciação de provisões e passivos contingentes por nível de governança.....	60
Tabela 7: Evidenciação de provisões e passivos contingentes por setor.....	61
Tabela 8: Evidenciação de provisões.....	62
Tabela 9: Evidenciação dos itens de provisões.....	63
Tabela 10: Evidenciação de provisões por setor.....	64
Tabela 11: Itens evidenciados de passivos contingentes.....	65
Tabela 12: Evidenciação de passivos contingentes.....	66
Tabela 13: Características de provisões e passivos contingentes - R\$ em milhões.....	67
Tabela 14: Características das Provisões – R\$ em milhões.....	70
Tabela 15: Intervalo das Provisões.....	71
Tabela 16: Características de Passivos Contingentes Possíveis – R\$ em milhões.....	73
Tabela 17: Intervalo de Passivos Contingentes Possíveis.....	74
Tabela 18: Características de Passivos Contingentes Remotos.....	75
Tabela 19: Intervalo de Passivos Contingentes Remotos.....	76
Tabela 20: Reflexos no resultado líquido das empresas.....	80
Tabela 21: Reflexos no patrimônio líquido das empresas.....	81
Tabela 22: Reflexos no resultado líquido das empresas – R\$ em bilhões.....	82
Tabela 23: Reflexos no patrimônio líquido das empresas – R\$ em bilhões.....	83
Tabela 24: Teste de Hipóteses – efeitos no resultado líquido.....	85
Tabela 25: Teste de Hipóteses – efeitos no patrimônio líquido.....	86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Árvore de decisão para provisões e passivos contingentes.....	38
Figura 2: Metodologia para coleta de dados.....	52
Figura 3: Reflexos no resultado líquido.....	77
Figura 4: Reflexos no patrimônio líquido.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Itens do FR analisados.....	53
Quadro 2: Itens de evidênciação de provisões e passivos contingentes.	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVP – Ajuste a Valor Presente
BACEN – Banco Central do Brasil
BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DFPs – Demonstrações Financeiras Padronizadas
FASB – Financial Accounting Standards Board.
FR – Formulário de Referência
IAS – International Accounting Standard
IASC – International Accounting Standards Committee
IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
MPT – Ministério Público do Trabalho
NYSE – New York Stock Exchange
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
SFAS – Statement of Financial Accounting Standards
SUSEP – Superintendência de Seguros Privados
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1.1 OBJETIVOS	27
1.1.1 Objetivo Geral	27
1.1.2 Objetivos Específicos	27
1.2 JUSTIFICATIVA	27
1.3 DELIMITAÇÃO	29
1.4 ESTRUTURA	30
2 REFERENCIAL TEÓRICO	31
2.1 JULGAMENTO E ESCOLHA	31
2.2 PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS	33
2.2.1 Expressões de Probabilidades	34
2.2.2 Reconhecimento	37
2.2.3 Mensuração	39
2.2.4 Evidenciação	40
2.3 ITENS FORA DO BALANÇO	41
2.4 ESTUDOS ANTERIORES	43
3 METODOLOGIA	49
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	49
3.2 POPULAÇÃO DO ESTUDO	49
3.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS	51
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS	53
4. RESULTADOS	59
4.1 EVIDENCIAÇÃO DAS PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS	59
4.1.1 Evidenciação das Provisões	62
4.1.2 Evidenciação dos Passivos Contingentes	65
4.2 CARACTERÍSTICAS DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES	66
4.2.3 Características das Provisões	69
4.2.2 Características das Contingências Possíveis	72
4.2.3 Características das Contingências Remotas	74
4.3 RECONFIRUGAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES	76
5. CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A – Dados coletados	
101	

INTRODUÇÃO

A harmonização das normas internacionais de contabilidade suscitou modificações nas práticas contábeis brasileiras, entre as quais se constata a primazia da essência sobre a forma e o maior poder de uso de julgamento aos contadores. Dessa forma, poderão surgir dificuldades aos profissionais da área da Contabilidade, pois a subjetividade está implícita nas informações das empresas divulgadas aos *stakeholders*, e, conseqüentemente, maior atenção deve ser dada à confiabilidade dos demonstrativos financeiros.

Baptista (2009) acredita que o maior poder de julgamento conferido aos profissionais de Contabilidade pode ser capaz de prover um ambiente mais propício à prática da manipulação do resultado contábil. Corroborando, Martinez e Faria (2007) comentam que podem ser utilizadas as flexibilidades das normas contábeis que permitem o julgamento de escolhas para se alcançar vantagens em prejuízo à divulgação fidedigna de informações ao mercado de capitais, não sendo os julgamentos, nessas situações, realizados de forma ética pelos gestores. Alguns benefícios mencionados pelos autores são minimizar ou eliminar situações adversas de apresentação de resultados pouco consistentes de lucro e nível alto de endividamento.

Por serem elementos patrimoniais de grande complexidade e dificuldade para a Contabilidade, os passivos contingentes, que são obrigações presentes das companhias, que resultam de eventos passados, mas que existem imprecisões quanto aos seus efeitos financeiros e à sua ocorrência, pois serão determinados por eventos futuros, demandam atenção. Suas dificuldades estão relacionadas à atribuição de valor e às dúvidas existentes sobre o fato gerador, para, então, serem determinados os efeitos exatos que terão sobre o patrimônio da entidade (FARIAS, 2006; POETA, 2012). Uma classificação errônea das contingências pode acarretar em demonstrações financeiras que não refletem a realidade da entidade, fornecendo informações que podem distorcer a tomada de decisão de investidores e outros usuários.

O uso de julgamento profissional a respeito de contingências pode não levar a uma solução absolutamente correta, tendo diferentes nuances sempre que julgado por diferentes indivíduos e, portanto, podem ter um impacto diferente nos demonstrativos contábeis (DOUPNIK; RICHTER, 2003; TEIXEIRA; SILVA, 2009; POETA, 2012). De outra forma, as contingências podem, ainda, ser utilizadas pelos preparadores dos relatórios contábeis para o “gerenciamento” de resultados, diminuindo o reconhecimento de perdas contingentes,

evidenciando uma probabilidade de perda baixa para certas contingências, denominadas de contingências remotas, ou imputando uma probabilidade alta para um provisionamento.

Meibak e Viri (2012) abordaram, em matéria publicada pelo jornal Valor Econômico, a respeito de reduções no valor das ações da empresa de telecomunicações TIM a partir de questionamentos da JVCO, acionista minoritária da empresa, a respeito de provisões e passivos contingentes. A acionista minoritária acusa os administradores da empresa de terem reduzido progressivamente as provisões de risco tributário durante a gestão de Luca Luciani, que tomou posse em 2009, e que as provisões no balanço da TIM são insuficientes para os riscos apresentados em vários processos tributários. Segundo a JVCO, em 2009 as provisões eram equivalentes a 10,65% do risco, e em 2010 foram reduzidas para 6%. Em 2011, foram reservados apenas 2% de um total de R\$ 6,6 bilhões em cobranças, o que eleva as dúvidas sobre a empresa, diz a JVCO. “Caso houvesse adotado uma postura conservadora para o provisionamento em 2011 a TIM Brasil não teria apurado um lucro líquido, no referido exercício, de R\$ 1,281 bilhão”, afirma a JVCO em comunicado enviado à imprensa.

Além disso, Borba *et al.* (2013) identificaram a significância financeira dos valores das contingências passivas e provisões ambientais evidenciadas em empresas brasileiras. Os resultados encontrados mostram que um quarto das empresas teriam seus lucros reduzidos em mais de 50% ou até obteriam prejuízos caso as contingências passivas de probabilidades possível e remota fossem reclassificadas para prováveis. Os autores trazem como exemplo o caso da Cesp, do setor energético, que passaria de um lucro de mais de R\$ 108 milhões para um prejuízo de quase R\$ 2 bilhões no ano de 2011, ao imaginar o impacto que as contingências ambientais causariam se todas tivessem sua probabilidade de ocorrência como provável e devessem ser provisionadas.

É importante mencionar que o estudo realizado pelos autores identificou apenas as contingências ambientais. Desse modo, ao se analisar todas as naturezas de contingências essa significância poderia aumentar consideravelmente. Surge, então, a importância e a necessidade de pesquisas nessa área, pois uma classificação errônea das contingências pode acarretar na elaboração de demonstrações financeiras que não refletem a realidade, afetando o patrimônio, a transparência e a confiabilidade da entidade e, conseqüentemente, alterando a percepção do investidor a respeito da situação econômica da companhia.

Dessa forma, diante da subjetividade de julgamento dos passivos contingentes e por terem grande representatividade no patrimônio das empresas, as entidades devem atentar-se a este fato, pois uma classificação errônea pode acarretar em sérias consequências para estas empresas, desde a falta de credibilidade das suas demonstrações financeiras aos usuários e até levar a uma falência. Dessa forma, elaborou-se a seguinte questão-problema de estudo: **Qual o panorama das contingências passivas e quais são os efeitos de sua reconfiguração no Brasil?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa é identificar o panorama e mensurar os efeitos da reconfiguração das contingências passivas na situação econômica de empresas brasileiras.

1.1.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram traçados:

- (i) Investigar o *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes divulgados pelas empresas brasileiras em Notas Explicativas;
- (ii) Identificar o panorama (classe da natureza e montante financeiro) das contingências e das provisões de empresas brasileiras;
- (iii) Mensurar os efeitos sobre o lucro e o patrimônio líquido das empresas a partir da reconfiguração de passivos contingentes de probabilidades possíveis e remotas.

1.2 JUSTIFICATIVA

A complexidade de julgamento e o alto grau de subjetividade que estão presentes nas contingências passivas geram interesse e preocupação dos pesquisadores e usuários da informação contábil, já que sua relação com o “gerenciamento” de resultados foi manifestada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 2007. Conforme Martinez e Faria (2007) o termo “gerenciar” tem sentido de ajustar os resultados, conforme a conveniência dos administradores da empresa,

contudo não se pode generalizar que todo ajuste contábil dentro dos limites legais tenha a conotação do termo *earnings management*.

A CVM, por meio de ofício-circular, listou uma relação de pontos que deveriam ser estabelecidos de antemão em políticas contábeis para que se evitasse o “gerenciamento”. Enfatizou, entre outras transações, “a estimativa de provisões, como as fiscais, trabalhistas e cíveis, para estruturação e para benefício a empregados e para garantias” (CVM/SNC/SEP Nº 01/2007, 2007, p. 13), porque sua constituição de forma inapropriada poderá distorcer as demonstrações contábeis, retratando uma diferente realidade da situação patrimonial da empresa.

As expressões verbais de probabilidade têm sido amplamente utilizadas em normas de contabilidade, mas pouco se sabe sobre a forma como são interpretadas. (TEIXEIRA; SILVA, 2009). Pesquisadores internacionais vêm investigando as probabilidades das contingências há quase três décadas, porém há uma lacuna relacionada à evidenciação das contingências pelas empresas e o risco que elas trazem para a sua situação econômica, principalmente no âmbito nacional.

Em geral, estudos da área constataram que as probabilidades numéricas atribuídas a provisões e passivos contingentes por contadores e auditores variam consideravelmente (HARRISON; TOMASSINI, 1989; HOFFMAN; PATTON, 2002; AHARONY; DOTAN, 2004; TEIXEIRA; SILVA, 2009; DU; STEVENS; MCENROE, 2011). Posto isso, as diferenças na interpretação de probabilidades podem resultar na aplicação incoerente das normas de provisões e contingências e comprometer a consistência e a comparabilidade de relatórios contábeis (HARRISON; TOMASSINI, 1989; BUDESCU; WALLSTEN, 1985).

Notícias estão, cada vez mais, sendo divulgadas a respeito de processos judiciais que envolvem grandes empresas do cenário brasileiro. Exemplo disso é o caso da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) com indenização de R\$ 1 bilhão contra a Eternit, considerada responsável pela contaminação, por amianto, de ex-trabalhadores que sofreram graves doenças respiratórias e câncer de pulmão e que ocasionou a morte de muitos deles. Essa matéria foi publicada em diversas páginas eletrônicas, como *InfoMoney*, *Valor Econômico* e até mesmo no próprio Portal do MPT.

Meibak e Fontes (2013), em notícia publicada pelo jornal *Valor Econômico*, relatam que, uma semana após a notícia, a companhia já acumulava uma baixa de 13,4% em suas ações. Por outro lado, nas demonstrações financeiras de 2013 a Eternit divulgou o processo judicial como sendo uma contingência possível, não contabilizando no balanço nenhuma perda relacionada a esta ação.

Bôas e Valente (2012), em reportagem divulgada jornal “O Globo”, relataram que as empresas brasileiras têm um potencial passivo de R\$25 bilhões em processos trabalhistas. As autoras mencionam que “uma bola de neve de processos trabalhistas, que cresce em ritmo cada vez mais acelerado, têm forçado empresas brasileiras a separar mais dinheiro do caixa para pagar ações judiciais movidas por funcionários e ex-funcionários”. Um levantamento feito pelo jornal “O Globo” nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras demonstrou que 36 das maiores empresas de capital aberto do Brasil tinham reservado R\$25 bilhões para processos trabalhistas ainda em curso ao fim de março de 2012, um crescimento de 23% em relação ao ano anterior.

Outro caso é o da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. No ano de 2013 a empresa poderia pagar até R\$50 milhões em função do cometimento de um crime ambiental no Rio de Janeiro, conforme relata Martins (2013) em reportagem ao Valor Econômico. A CSN já teve problemas ambientais em anos anteriores. Em 2010 a companhia firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no valor de R\$500 milhões diante da constatação de uma série de irregularidades ambientais, conforme Nery (2013) em reportagem ao Valor Econômico. Em 2012, a CSN foi multada em R\$11,5 milhões pelo descumprimento de alguns requisitos firmados no TAC do ano anterior (NOGUEIRA, 2012).

A discussão proposta acerca da afetação da situação econômica das empresas a partir das contingências passivas tem por intuito estimular o debate e a consolidação da temática na comunidade acadêmica e entre profissionais que fazem uso das informações divulgadas pelas empresas como instrumento de tomada de decisão, tendo em vista a relevância do assunto dentro e fora da academia.

1.3 DELIMITAÇÃO

Cabe ressaltar como uma limitação deste estudo a análise apenas das contingências passivas, deixando de identificar os ativos contingentes, já que estes possuem uma restrição maior quanto ao reconhecimento e à divulgação. De acordo com o Pronunciamento nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os ativos contingentes não devem ser reconhecidos no balanço patrimonial como ativos e só devem ser divulgados em notas explicativas caso a entrada de benefícios econômicos seja provável.

A pesquisa limita-se a analisar as empresas a partir da metodologia de criação de cenários. A criação de cenários é uma etapa

subjetiva desta pesquisa, o que acarreta na limitação dos resultados encontrados por meio das análises das variáveis estudadas. Ainda, a reclassificação das contingências não considerou a alteração de outras variáveis, como é o caso do imposto de renda e da contribuição social diferidos calculados sobre a provisão para perdas de processos judiciais e administrativos.

Além disso, a pesquisa buscou informações somente do ano de 2012 de empresas brasileiras não-financeiras de capital aberto. A coleta se deu em notas explicativas constantes nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP e dados complementares foram coletados no Formulário de Referência – FR das empresas. Não foi objeto deste estudo comparar informações divulgadas nos dois relatórios ou identificar inconsistências de dados entre eles.

Para fins deste estudo, utilizou-se a premissa de que as informações divulgadas nesses relatórios são as contingências passivas e as provisões existentes das empresas, ou seja, as contingências não divulgadas foram consideradas como não existentes, mesmo no caso das contingências de probabilidade remota que não possuem obrigatoriedade de evidenciação. Dessa forma, as empresas que não divulgaram informações a respeito de provisões ou passivos contingentes foram consideradas empresas que não possuem provisões ou contingências passivas.

1.4 ESTRUTURA

O presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: O Capítulo I é composto pela introdução da pesquisa, em que são apresentadas as considerações iniciais, o problema da pesquisa, os objetivos geral e específicos a serem alcançados e a justificativa que permeia o estudo. O Capítulo II abarca a base teórica, fundamentado em tópicos relacionados a: julgamento e escolha; reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões e dos passivos contingentes; itens fora do balanço; e estudos anteriores que tratam a respeito do tema. O Capítulo III trata a respeito dos procedimentos a serem realizados para alcançar os objetivos desta pesquisa, segregando-se nos seguintes tópicos: enquadramento metodológico, população do estudo, procedimentos para a coleta de dados e tratamento dos dados. No Capítulo IV são apresentadas as análises do estudo. Por fim, no Capítulo V são expostas as conclusões do trabalho a partir do objetivo e do problema de pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo é composto pela base teórica que alicerça o presente estudo, fundamentando-se em tópicos relacionados a (i) julgamento e escolha, (ii) provisões e contingências, percorrendo a respeito de expressões de probabilidade, reconhecimento, mensuração e evidenciação, e (iii) itens fora do balanço. Ao final, é apresentando, ainda, um tópico de (iv) estudos anteriores, tanto no âmbito nacional como internacional.

2.1 JULGAMENTO E ESCOLHA

A harmonização das normas internacionais de contabilidade suscitou modificações nas práticas contábeis brasileiras, entre as quais se constata a primazia da essência sobre a forma e o maior poder de uso de julgamento aos contadores. Dessa forma, as dificuldades de julgamento fazem parte do dia-a-dia dos profissionais da área da contabilidade, pois a subjetividade está implícita nas informações das empresas divulgadas aos *stakeholders*, e, conseqüentemente, maior atenção deve ser dada à confiabilidade dos demonstrativos financeiros.

Como Baptista (2009, p. 237) comenta, “o julgamento é inerente aos princípios contábeis da materialidade e do conservadorismo” e que ele “está presente na realização de estimativas contábeis”. Posto isso, deve-se atentar que o preparador das demonstrações financeiras passa a dispor de novas ferramentas que podem vir a ser utilizadas como veículo para obter um melhor resultado econômico (BAPTISTA, 2009).

Um dos elementos patrimoniais que requer dos preparadores de demonstrações financeiras uma quantidade considerável de julgamento refere-se ao processo de tomada de decisão das provisões e contingências passivas. Eles não devem apenas estimar o valor, mas também definir a probabilidade de que a perda contingente irá ocorrer e, ainda, devem interpretar as definições verbais das regiões de probabilidade especificadas pelas normas (AHARONY; DOTAN, 2004). Não obstante, a interpretação realizada por diferentes indivíduos pode gerar impactos distintos nos demonstrativos contábeis (DOUPNIK; RICHTER, 2003; TEIXEIRA; SILVA, 2009; POETA, 2012).

Diferentes julgamentos podem levar a diferentes interpretações a respeito da situação econômica de empresas. Aharony e Dotan (2004) demonstram isso em seu estudo a partir da identificação de interpretações das probabilidades de contingências de três grupos relacionados à área contábil: auditores, gestores (preparadores das

demonstrações contábeis) e analistas financeiros. Os resultados do estudo indicam que os analistas financeiros são, em média, significativamente mais conservadores do que gerentes e auditores, o que parece sugerir que os analistas financeiros preferem a divulgação de passivos contingentes que gestores classificam como remotos, e, dessa forma, omitem das demonstrações financeiras. Além disso, os analistas tendem a classificar como provável passivos que para gestores e auditores seriam passivos contingentes com probabilidade possível de ocorrência e, assim, provisionariam contingências que afetam o resultado, enquanto que gestores tendem a apenas divulgar em notas explicativas. Implicando, dessa forma, na possibilidade de que os gestores podem omitir informações valiosas a respeito das contingências para os usuários avaliarem fluxos de caixa líquidos futuros das empresas.

Reconhecidas as dificuldades na interpretação de probabilidade e a utilização de julgamento profissional, uma linha de pesquisa em contabilidade tem se dedicado a entender como os contabilistas interpretam probabilidades verbais na aplicação das normas de contabilidade. Grande parte dos estudos se concentra na tradução verbal-para-numérica, nos quais os contadores especificam o percentual numérico associado a cada nível verbal de probabilidade. Nesses estudos, há dois passos que estão envolvidos no processo de julgamento, quando os contadores aplicam a norma SFAS 5: primeiro são determinados os valores numéricos associados a cada termo de probabilidade, e depois são utilizadas as probabilidades numéricas como referência para avaliar a decisão a ser tomada: reconhecimento ou divulgação (DOUPNIK; RICHTER, 2003).

A contabilidade não pode ser praticada sem o uso do julgamento. Ele está presente na realização de estimativas contábeis, contemplando os princípios contábeis da materialidade e do conservadorismo. Desse modo, observa-se que o uso do julgamento na prática contábil não implica em prática do “gerenciamento”, pois o que o faz assumir esse papel é a sua utilização com a finalidade de obter uma posição financeira, desempenho econômico ou fluxo de caixa específicos (BAPTISTA, 2009).

Por outro lado, destaca-se a representatividade desses riscos potenciais que se balizam em julgamentos subjetivos, como visto no trabalho de Borba *et al.* (2013), que identificaram que do total das provisões e passivos contingentes ambientais evidenciados por empresas brasileiras, as contingências remotas são as mais representativas financeiramente (90,4%), enquanto que as prováveis, que são

provisionadas e afetam os demonstrativos contábeis (redução do lucro e redução de ativo ou aumento de passivo) são as menos representativas (2,2%).

2.2 PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

Kieso, Weygand e Warfield (2012) destacam que contingência é uma situação que envolve incerteza quanto ao possível ganho (ganho contingente) ou perda (perda contingente), que acabará por ser resolvida quando um ou mais eventos futuros ocorrerem. Em resumo, contingências são eventos materiais com um futuro incerto. As contingências restringem-se a situações que existem na data do balanço em que os efeitos financeiros serão determinados por eventos futuros que podem ocorrer ou não. Ou seja, a contingência é criada a partir do evento ocorrido no passado, e, o evento a ocorrer no futuro irá solucionar a imprecisão (IBRACON, 1998).

Conforme a norma norte-americana SFAS nº 5 (FASB - *Financial Accounting Standards Board*), uma contingência é caracterizada como uma condição existente, situação ou conjunto de circunstâncias que envolvem a incerteza quanto ao possível ganho ou perda para uma empresa que será finalmente resolvido quando um ou mais eventos futuros irão ocorrer ou não ocorrer. A resolução da incerteza pode confirmar a aquisição de um ativo ou a redução de um passivo ou a perda de um ativo ou a constituição de um passivo.

No Brasil, as provisões e contingências são tratadas pela Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica Geral (NBC-TG) 25, na qual são estabelecidas regras e procedimentos a serem observados relativos ao registro, mensuração e divulgação das provisões, contingências passivas e ativas, e, juntamente com a Deliberação 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que revogou a Deliberação CVM nº 489/05 e aprovou o Pronunciamento Técnico - CPC nº 25, devem ser utilizadas pelas companhias abertas a partir do exercício de 2010 na elaboração de suas Demonstrações Financeiras quanto às provisões e contingências, as quais foram originadas a partir da Norma Internacional de Contabilidade número 37 (IAS - *International Accounting Standard*), padronizando as Demonstrações Contábeis brasileiras com as internacionais.

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 25 é assegurar que sejam observados os critérios de reconhecimento e, quando possível, os critérios de mensuração utilizados de forma apropriada. Além disso, visa exigir o mínimo de informações em notas explicativas para permitir aos usuários compreender a natureza, tempestividade e quantia de tais

elementos (VARELA; BENETTI; OLIVEIRA; 2012).

O CPC 25 define como provisão “um passivo de prazo ou de valor incertos”. Já o passivo é definido como “uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”. A provisão se distingue de um passivo porque naquela há incerteza sobre o prazo ou sobre o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.

Já um passivo contingente, a norma define como uma obrigação possível que resulta de eventos já ocorridos, e de existência incerta, estando ligado a um evento que ainda não ocorreu e que não está sob o controle da companhia. Ainda, uma contingência pode ser conceituada como uma obrigação presente que resulta de eventos passados, porém não é reconhecida por não ser provável que ocorra uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Além disso, também é caracterizado como um passivo contingente a obrigação que possua uma provável saída de recursos, mas que o valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Existem diversos tipos de contingências passivas, que derivam de processos litigiosos. Processos movidos por empregados – contingências trabalhistas, penalidades por órgãos reguladores – contingências regulatórias, processos relacionados a tributos e obrigações acessórias – contingências tributárias ou fiscais, processos relacionados ao meio ambiente – contingências ambientais, créditos decorrentes de garantias de produtos – garantias, são alguns exemplos de contingências às quais as empresas estão sujeitas a possuir.

2.2.1 Expressões de Probabilidades

Os graus de risco para a avaliação das provisões e contingências passivas relacionam-se com a possibilidade de ocorrência dos eventos. Em 1998, foi emitido o IAS 37 (*International Accounting Standard* nº 37) pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC), adotando os princípios básicos do SFAS nº 5, que diz respeito ao tratamento contábil de provisões e contingências. Uma significativa diferença entre as normas se encontra na definição da região provável. O IAS 37 define o termo provável como: a probabilidade de que o evento ocorra é maior do que a probabilidade de não ocorrer. Posto isso, ao contrário do SFAS nº 5, o IAS 37 substitui o termo impreciso "provável" pelo termo "mais provável do que não", um termo mais definido que se traduz em um valor numérico de mais de 50%. Por outro lado, o IAS 37

segue o SFAS nº 5 em sua caracterização da região da não obrigatoriedade de divulgação, adotando o termo “remoto”.

Para a classificação das provisões e dos passivos contingentes, a norma brasileira segue o SFAS nº 5 e utiliza os termos: provável, possível e remoto. Se um evento for considerado como sendo provável que ocorra, então deve ser reconhecido no balanço patrimonial como passivo, ou seja, ele não é uma contingência, mas sim uma provisão. Essa é a diferença entre contingências e provisões: a sua probabilidade de ocorrência. Caso o evento seja caracterizado como possível de ocorrer, então será somente divulgado qualitativa e monetariamente em notas explicativas. E quando o evento possuir uma chance remota de ocorrer nenhuma evidenciação é exigida nem qualquer reconhecimento.

O Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00), em seu item 4.4, relata a respeito de probabilidade:

“O conceito de probabilidade deve ser adotado nos critérios de reconhecimento para determinar o grau de incerteza com que os benefícios econômicos futuros referentes ao item venham a fluir para a entidade ou a fluir da entidade. O conceito está em conformidade com a incerteza que caracteriza o ambiente no qual a entidade opera. As avaliações acerca do grau de incerteza atrelado ao fluxo de benefícios econômicos futuros devem ser feitas com base na evidência disponível quando as demonstrações contábeis são elaboradas.”

Segundo os graus de risco, o reconhecimento ou a divulgação das provisões e contingências assumem grande importância. As diferenças na interpretação de probabilidade podem resultar na aplicação incoerente das normas de provisões e contingências e comprometer a consistência e a comparabilidade de relatórios contábeis (HARRISON; TOMASSINI, 1989; BUDESCU; WALLSTEN, 1985). Corroborando, diversos estudos na área vêm demonstrando a fragilidade no processo de tradução verbal para numérica das expressões de probabilidade que são classificadas as provisões e contingências.

Aharony e Dotan (2004) encontraram diferenças significativas entre as médias de interpretações dos gestores e auditores e analistas financeiros, tanto para a probabilidade remota quanto para a provável. Em conclusão, os resultados confirmam a existência de uma lacuna de interpretação entre os usuários, gestores e auditores, com a implicação de que os gestores e auditores podem omitir informações valiosas a respeito das contingências para os usuários avaliarem fluxos de caixa

líquidos futuros das empresas. Os autores ainda comentam que o IAS 37 eliminou esta lacuna na extremidade superior da escala de probabilidade, estipulando um limite mais definido, ou seja, “mais provável do que não” para a região provável. Por isso, quando uma contingência de perda é provisionada pelos gestores, segundo o IAS 37, os usuários entendem que a probabilidade de que essa perda ocorra é mais do que 50%. Isto não é assim, no entanto, para a região remota, que está ainda definida vagamente tanto no âmbito do SFAS 5 quanto do IAS 37. No Brasil, como a norma segue o modelo do SFAS 5, as expressões de probabilidade são mais imprecisas do que como consta no IAS 37.

Ainda, Du, Stevens e McEnroe (2011) abordaram em seu estudo a dificuldade na interpretação de termos de probabilidade descritos no SFAS nº 5 e exploraram uma maneira simples de melhorar a qualidade do julgamento. Evidências dos achados sugerem que os termos de probabilidades acrescidos de seus correspondentes valores numéricos reduz a variabilidade interpessoal na interpretação dos termos de probabilidade. Além disso, Du e Stevens (2011) realizaram um experimento que buscou investigar como os contadores interpretam as expressões de incerteza das contingências com foco na tradução numérica-para-verbal. Os resultados indicam um padrão claro, onde os limiares para as decisões de reconhecimento e divulgação podem ser facilmente identificados na tradução numérico-para-verbal, ao contrário do que acontece na tradução verbal-para-numérico, que é instável e depende do contexto em que está inserida.

Hoffman e Patton (2002) investigaram como autoridades de órgãos públicos federais interpretam termos de probabilidade de provisões e contingências relacionados a relatórios financeiros da agência federal. Os autores dão ênfase no interesse de identificar se a substituição do termo “provável” pelo termo “mais provável do que não” pode levar a diferentes interpretações. No experimento, eles trabalharam com 15 situações de provisões e contingências passivas, cada uma com uma estimativa numérica correspondente à probabilidade de que a perda pudesse ocorrer. Os autores concluíram que existem diferenças no reconhecimento de passivos contingentes e provisões, pois o termo “mais provável do que não” está associado com valores numéricos de probabilidade mais baixos se comparado à utilização de termo “provável”.

Em geral, estudos da área constataram que as probabilidades numéricas atribuídas por contadores e auditores variam consideravelmente, e sua interpretação pode ser facilmente influenciada

por informações de contexto (HARRISON; TOMASSINI, 1989; HOFFMAN; PATTON, 2002; AHARONY; DOTAN, 2004; TEIXEIRA; SILVA, 2009; DU; STEVENS; MCENROE, 2011). Desse modo, Du e Stevens (2011) sugerem que a utilização da tradução das probabilidades numérica-para-verbal pode ser uma maneira simples e eficaz para melhorar a coerência na aplicação de probabilidades verbais em normas de contabilidade e auditoria.

2.2.2 Reconhecimento

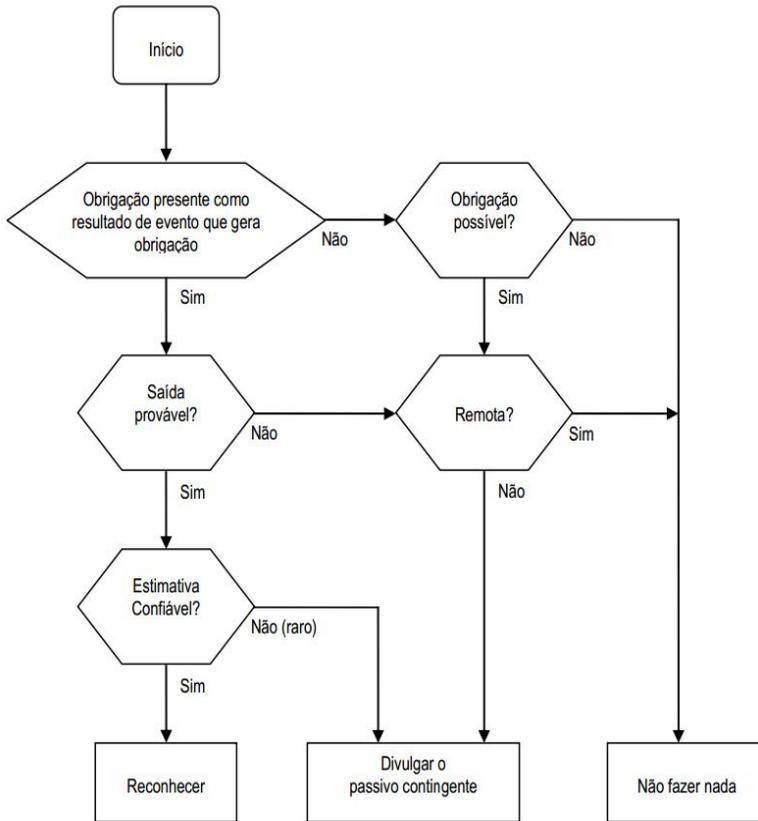
As diretrizes de divulgação do SFAS 5 implicam em um processo de tomada de decisão sequencial para o reconhecimento de provisões ou divulgação de contingências passivas. Em primeiro lugar, deve-se determinar se o montante é material. Se for imaterial, não é necessária nenhuma divulgação. Em segundo lugar, se a quantidade é material, então a decisão sobre o reconhecimento ou divulgação (provisão ou contingência) depende da probabilidade estimada da perda futura, independentemente de sua magnitude. Se a ocorrência de uma perda de um litígio é provável, em seguida, um passivo (e uma despesa) deve ser reconhecido, e se a sua ocorrência é possível, é necessária a divulgação em nota explicativa. No entanto, se a probabilidade da perda for remota, nenhuma divulgação é necessária, mesmo se o montante for material (AHARONY; DOTAN, 2004).

O CPC 25 traz um modelo ilustrativo com o propósito de resumir os principais requerimentos de reconhecimento para provisões e passivos contingentes, apresentado na Figura 1.

De acordo com o CPC 25 uma provisão é conceituada como “um passivo de prazo ou de valor incertos”. A norma traz como definição de passivo uma obrigação cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. A provisão se distingue de um passivo porque naquela há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.

Por outro lado, o Pronunciamento Conceitual Básico traz que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando: “for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade”.

Figura 1: Árvore de decisão para provisões e passivos contingentes



Fonte: Pronunciamento Técnico nº 25 – CPC 25 (2009).

O CPC 25 estabelece que o reconhecimento de uma provisão deve ocorrer quando três condições forem satisfeitas:

“(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação” (CPC 25, 2009, p. 7).

O CPC 25 traz dois motivos para que passivos contingentes não sejam reconhecidos como passivos no balanço:

“(i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma

obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou (ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação)” (CPC 25, 2009, p. 7).

2.2.3 Mensuração

“No momento da mensuração, a entidade deve levar em consideração que o valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço” (POETA, 2012, p. 54).

O CPC 25 estabelece que a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente “é o valor que a entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento”. Ainda, a norma traz que “a estimativa do valor que a entidade racionalmente pagaria para liquidar ou transferir a obrigação produz a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço”.

Os riscos e as incertezas inevitavelmente são inerentes à mensuração de provisões e passivos contingentes e devem ser levados em consideração para se alcançar a melhor estimativa da provisão. Dessa forma, a norma trata que as estimativas do desfecho e do efeito financeiro devem ser determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

Não se pode esquecer que, caso o efeito do valor do dinheiro no tempo seja material, o valor a ser provisionado deve ser trazido a valor presente na data do balanço, valor este referente aos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação. O pronunciamento técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente dispõe a respeito do assunto.

2.2.4 Evidenciação

O CPC 25 define que para cada classe de provisão, a entidade deve divulgar em notas explicativas:

- O valor contábil no início e no fim do período;
- Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
- Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;
- Valores não utilizados revertidos durante o período;
- O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto;
- Uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;
- Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas. Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros; e
- O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.

Para passivos contingentes de probabilidade possível, a norma estabelece a divulgação dos seguintes itens:

- Uma breve descrição da natureza do passivo contingente;
- A estimativa do seu efeito financeiro;
- A indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e
- A possibilidade de qualquer reembolso.

Oliveira (2007, p. 25) relata, da mesma forma, as divulgações requeridas em notas explicativas anexas às demonstrações contábeis pelo IAS 37:

O valor contábil no início e no fim do período; as provisões adicionais constituídas no período, ou o aumento das já constituídas; os montantes utilizados; os montantes revertidos; os aumentos nas provisões de valores atualizados em consequência da passagem do tempo e do efeito de alterações das taxas de atualização. A estas divulgações deve-se acrescentar: uma breve

descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para a ocorrência de qualquer saída de benefícios econômicos; uma indicação das incertezas relativas ao montante e vencimento das obrigações; o valor do ativo reconhecido pelo reembolso esperado.

Trabalhos na área de evidenciação de provisões e passivos contingentes têm relatado que várias informações ainda não são divulgadas, não atendendo ao princípio de *full disclosure* (TONETTO FILHO; FREGONESI, 2010; FONTELES *et al.*, 2012; VARELA; BENETTI; SIQUEIRA, 2012; SUAVE *et al.*, 2013). Corroborando, é difícil para os *stakeholders* avaliarem se as empresas realmente não possuem passivos contingentes ou se elas simplesmente não os evidenciam (VARELA; BENETTI; OLIVEIRA, 2012, p. 10).

O estudo de Borba *et al.* (2013) demonstrou que, das 92 empresas brasileiras que evidenciaram informações a respeito das contingências ambientais, cerca de um terço do total investigado não evidenciaram monetariamente suas provisões (ou algumas delas), todavia o montante já foi mensurado e já reconhecido ao resultado do período. Além disso, os achados mostram que 29% das empresas também não divulgam monetariamente contingências possíveis, evidenciando essa contrária ao que consta na regulamentação brasileira, na qual deveria haver uma divulgação qualitativa e monetária. Ainda, 27% das empresas não divulgaram a probabilidade das contingências ambientais e, deste montante, quase dois terços não evidenciaram tais contingências monetariamente. Ou seja, apenas descreveram a existência de contingências ambientais passivas sem mencionar suas probabilidades e seus valores monetários. Os autores apontam que esta questão pode prejudicar a tomada de decisão dos usuários externos, já que esse tipo de divulgação superficial impede uma análise aprofundada dos eventos que já ocorreram e que podem ocorrer no futuro e o quanto tais eventos podem impactar financeiramente. Além disso, enquanto parte das empresas não divulgam informações obrigatórias, outras evidenciam contingências remotas, divulgação esta considerada voluntária, já que não há nenhuma exigência de evidenciação a respeito deste tipo de probabilidade de ocorrência.

2.3 ITENS FORA DO BALANÇO

Analistas financeiros têm se preocupado com os efeitos dos itens fora do balanço (*off-balance sheet itens*) que podem afetar a situação

financeira das empresas (BAUMAN, 2003).

De acordo com Antunes e Moreno (2006, p. 1), “fatos e atos administrativos traduzem-se contabilmente em operações em balanço e operações fora de balanço, respectivamente”. Os autores comentam que as operações em balanço são aquelas em que o registro é realizado em contas patrimoniais e originam modificações em bens, direitos e obrigações. Por outro lado, as operações fora de balanço não fazem parte do balanço e caracterizam-se por dependerem da ocorrência de determinado evento futuro para efetivamente se realizarem ou não. Dessa forma, as operações fora de balanço são apenas divulgadas em notas explicativas até que todas as condições necessárias se convertam em fatos contábeis; e a partir disso passam a ser contabilizadas em contas patrimoniais e transformam-se em operações em balanço (ANTUNES; MORENO, 2006).

A literatura que investiga as demonstrações financeiras enfatiza a importância de examinar as divulgações em notas explicativas de ativos e passivos econômicos que não são reconhecidos nas demonstrações a partir dos conceitos que abrangem os princípios contábeis geralmente aceitos (BAUMAN, 2003). Uma vez que, quando se está inserido num meio que visa a busca por mais credibilidade e transparência, a presença de itens fora do balanço – instrumentos financeiros que não abarcam a obtenção de ativos ou passivos – faz com que se trilhe o caminho oposto. Pois, “mesmo que sejam evidenciados em notas explicativas, onde se explicita a sua extensão, utilização e até mesmo as técnicas de mensuração, o risco inserido neste modelo de divulgação ainda permanece elevado” (MOREIRA; LIMA, 2003, p. 84).

Trabalhos que examinam potenciais efeitos nas demonstrações contábeis relacionadas a itens fora do balanço encontrados na literatura contábil incluem pesquisas relacionadas a planos de pensão e previdência complementar, arrendamentos operacionais e algumas considerações de análise financeira peculiares ao método de equivalência patrimonial (BAUMAN, 2003). Ainda, Kangarluie, Motavasel e Sharifi (2012) trazem que as principais operações de financiamento fora do balanço são *joint ventures*, parcerias de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e o *leasing* operacional. Os autores comentam que normalmente são utilizados por empresas a fim de manter a sua dívida baixa em relação ao patrimônio. O mais comum é o caso de *leasing* operacional, no qual a empresa que possui o ativo e o aluga mantém o ativo no seu balanço patrimonial enquanto que a companhia que aluga o ativo somente contabiliza a despesa para o uso do ativo em seu balanço.

Muitas vezes, o objetivo da gestão com financiamento fora do balanço é fornecer um balanço com melhor aparência: com menor dívida relatada em relação ao patrimônio, que geralmente resulta em uma precificação de ações superior (KANGARLUEI; MOTAVASEL; SHARIFI, 2012).

Em 2005, a *Securities and Exchange Commission* (SEC) estimou uma dívida fora de balanço de locações a partir do arrendamento mercantil operacional de cerca de US\$1,25 trilhão, e ao passo que, no mesmo ano, a *Pension Benefit Guaranty Corporation* informou um déficit do plano de pensão de mais de US\$353 bilhões. A SEC está preocupada que as empresas mantenham essas dívidas fora de seu balanço com o intuito de ludibriar investidores, credores, agências de *rating* e analistas financeiros. Esta preocupação levou, em setembro de 2006, ao FASB emitir o SFAS 158, que exige que as empresas contabilizem as responsabilidades não financiadas líquidas de planos de benefícios pós-aposentadoria definidos no balanço. Anteriormente, esse valor poderia ser encontrado em notas explicativas, mas não necessariamente o valor era totalmente contabilizado no balanço. Da mesma forma, o FASB está revendo a contabilização de contratos de locação operacional, e há uma possibilidade de que o FASB irá requerer que as empresas publiquem as obrigações decorrentes de todos os compromissos de arrendamento mercantil como um passivo no balanço (SENGUPTA; WANG, 2011).

Um exemplo dessas atividades fora de balanço são os passivos contingentes. Eles não são contabilizados em função da sua existência incerta, pois são dependentes de um evento que ainda não ocorreu e que não está sob o controle da companhia. As empresas têm sido muito criticadas por desenvolverem maneiras de manter certos tipos de obrigações fora dos seus balanços, como é o caso de passivos contingentes, que pode haver uma atribuição alta de probabilidade para perdas prováveis, no qual a maior parte das contingências seria apenas divulgada em notas explicativas. As críticas ao longo desta discussão muitas vezes são decorrentes da visão de que os participantes do mercado não utilizam informações divulgadas em notas explicativas de forma sistemática (SENGUPTA; WANG, 2011).

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Em função da subjetividade e da complexidade nos julgamentos de mensuração e de expressões de probabilidades ligados às contingências, há quase trinta anos pesquisadores vêm estudando o tema

(BUDESCU; WALLSTEN, 1985; BRUN; TEIGEN, 1988; DAVIDSON; CHRISMAN, 1994; DOUPNIK; RICHTER, 2003; CAPRIOTTI; WALDRUP, 2005).

Aharony e Dotan (2004) examinaram empiricamente se os usuários (considerados para fins do estudo como analistas financeiros), bem como os gestores que preparam as demonstrações financeiras e os auditores externos que certificam ou qualificam as decisões dos gestores de divulgação, atribuem diferentes interpretações aos critérios de divulgação a respeito de contingências e provisões determinados pelo SFAS 5 (*Statement of Financial Accounting Standards*). Os resultados demonstram que analistas financeiros são, em média, mais conservadores se comparados aos gestores que preparam as demonstrações contábeis e auditores em relação às interpretações numéricas, tanto dos termos verbais "remoto" quanto "provável". Tal fato pode acarretar na omissão de informações de contingências por parte dos preparadores das demonstrações financeiras que podem ser consideradas relevantes aos usuários.

Corroborando, Du, Stevens e McEnroe (2011) abordaram a dificuldade na interpretação de termos de probabilidade descritos no SFAS 5 e exploraram uma maneira simples de melhorar a qualidade do julgamento. Evidências dos achados sugerem que os termos de probabilidades acrescidos de seus correspondentes valores numéricos reduzem a variabilidade interpessoal na interpretação dos termos do SFAS 5. Ainda, Du e Stevens (2011) investigaram como os contadores interpretam expressões verbais subjetivas com foco em tradução das expressões de numérico-para-verbal. A análise foi baseada na interpretação de 52 estudantes de contabilidade. Os resultados sugerem que, ao contrário de tradução verbal-para-numérico, que é instável e dependente do contexto, a tradução numérica-para-verbal é bastante consistente entre os indivíduos, e é improvável que seja afetado pelo contexto. Os autores comentam que os achados complementam resultados anteriores no julgamento de contadores e auditores e sugerem que a interpretação de expressões de incerteza pode ser melhorada se os auditores são incentivados a usar a tradução numérica-para-verbal quando se aplicam as normas de contabilidade e auditoria para formar uma opinião a respeito das demonstrações contábeis.

Nelson e Kinney (1997) afirmam que os auditores são mais propensos a ter uma visão radical de ambigüidade referente a perdas contingentes em relatórios de auditoria se comparados aos usuários das demonstrações financeiras. O experimento realizado pelos autores com 92 auditores e 79 alunos (potenciais investidores) buscou descobrir as

reações dos investigados à informação da perda ambígua contingente em um processo judicial, em dois cenários que representavam tanto a probabilidade ambígua e a probabilidade precisa que o caso seria perdido. Os autores entendem que em baixos níveis de probabilidade tanto os auditores como os “investidores” reagem de forma conservadora e em níveis elevados agem radicalmente à ambiguidade, mas que os auditores passam de conservador a radical antes de “investidores”.

Relacionando a cultura nacional com as provisões e contingências, Douppnik e Ritcher (2003) investigaram o efeito da cultura e da língua na interpretação das expressões de probabilidade verbal entre contadores americanos e alemães. Na maioria dos casos, os contadores alemães são mais conservadores. Os resultados indicam diferenças significativas na interpretação entre os grupos, sugerindo que a cultura e a língua influenciam na interpretação das expressões de probabilidade verbal utilizadas nas normas contábeis e levantam a questão: como as Normas Internacionais de Contabilidade podem ser aplicadas de forma consistente em diferentes culturas? Ainda, Douppnik e Riccio (2006) investigaram o impacto da cultura na interpretação de expressões verbais de probabilidade. A pesquisa se deu com contadores brasileiros e norte-americanos. As implicações do estudo sugerem que os valores culturais de cada país podem afetar a interpretação de expressões de probabilidade usadas em normas contábeis e de auditoria e, como consequência, as diferenças de valores culturais entre os países podem levar a diferenças nas decisões de reconhecimento e divulgação com base nessas interpretações. Corroborando, Tsakumis (2007) analisou a influência da cultura nacional em normas contábeis, comparando a interpretação de contadores gregos e norte-americanos a respeito do reconhecimento e da divulgação de ativos e passivos contingentes. Foram encontradas diferenças significativas entre as decisões de reconhecimento dos contadores gregos e norte-americanos e análises complementares mostram que os contadores dos EUA consistentemente apresentaram maior grau de conservadorismo quando comparados com os contadores gregos. Ou seja, contadores gregos são menos propensos a divulgar informações a respeito de contingências do que os contadores dos EUA.

Hoffman e Patton (2002) investigaram como autoridades de órgãos públicos federais interpretam termos de probabilidade de provisões e contingências relacionados a relatórios financeiros da agência federal. Os autores dão ênfase no interesse de identificar se a substituição do termo “provável” pelo termo “mais provável do que

não” pode levar a diferentes interpretações. No experimento, eles trabalharam com 15 situações de provisões e contingências passivas, cada uma com uma estimativa numérica correspondente à probabilidade de que a perda pudesse ocorrer. Os autores concluíram que existem diferenças no reconhecimento de passivos contingentes e provisões, pois o termo “mais provável do que não” de forma diferente se comparado à utilização de termo “provável”. Outros estudos também buscaram identificar a interpretação das probabilidades de provisões e contingências, como os de Davidson e Chrisman (1994), Emby e Davidson (1998), Capriotti e Waldrup (2005).

Outros estudos internacionais investigaram questões relacionadas a contingências passivas de natureza ambiental. Kennedy, Mitchell e Sefcik (1998) apresentam evidências de que divulgações alternativas de passivos contingentes ambientais apresentadas nas demonstrações financeiras podem influenciar os julgamentos e decisões dos usuários. Borba, Rosa e Ferreira (2013) identificaram a significância financeira dos valores das contingências passivas e provisões ambientais evidenciadas em empresas estrangeiras que negociam suas ações na *New York Stock Exchange* – NYSE.

No que se refere a contingências tributárias, Gleason e Mills (2002) investigaram os fatores que explicam as decisões das empresas para divulgar e registrar contingências tributárias. Seus resultados são baseados em dados confidenciais da Receita Federal, de serviço de auditoria das demonstrações financeiras de 100 grandes empresas industriais do período de 1987 até 1995.

Em relação à evidenciação em empresas estrangeiras, os resultados do estudo de Oliveira (2007), que investigou o tema em 500 empresas portuguesas, indicaram o não cumprimento do IAS 37 no contexto investigado, uma vez que os registros de provisões para riscos e encargos ou passivos contingentes e ativos contingentes não atendem aos requisitos de reconhecimento da norma. Além disso, os procedimentos de divulgação nem sempre foram cumpridos.

No Brasil, estudos recentes têm investigado a respeito da evidenciação das contingências e provisões. Fonteles *et al.* (2012) analisaram a evidenciação de provisões e contingências por 308 companhias brasileiras, examinando suas notas explicativas do exercício de 2010, e os resultados indicaram a presença de antigas práticas contábeis e a consequente inadequação das empresas ao CPC 25, e que a evidenciação de provisões e contingências é influenciada positivamente por tamanho, rentabilidade e liquidez. Corroborando, Varela, Benetti e Siqueira (2012) também chegaram à conclusão de que as empresas

brasileiras não atenderam ao princípio de *full disclosure* relacionado a provisões, ativos e passivos contingentes. Os achados da pesquisa revelam que a adoção do CPC 25 não impactou o nível de *disclosure* em razão de ser um procedimento já praticado anteriormente pelas empresas, apresentando um nível de evidenciação de ativos e passivos contingentes acima de 60%, todavia, o elevado índice foi alcançado mesmo com a não divulgação de várias subcategorias de informações, já que não é possível saber se o fato não ocorreu na empresa ou se ela não fez a divulgação. Quanto às provisões, várias informações ainda não são divulgadas, principalmente quanto às incertezas dos valores, natureza da obrigação e cronograma de saída, concluindo que mesmo com o caráter coercivo do *disclosure*, as empresas não atenderam ao princípio *full disclosure*. Suave *et al.* (2013) identificaram se as empresas mais negociadas da BM&FBOVESPA atendem às disposições do CPC 25 quanto à divulgação de passivos contingentes. Os resultados indicam que as empresas divulgam principalmente processos judiciais relacionadas a causas fiscais, cíveis e trabalhistas, com menor divulgação de contingências ambientais. Quanto aos itens solicitados pelo CPC 25, verificou-se maior atendimento quanto à descrição da natureza, estimativas de efeitos financeiros, critérios de mensuração e incertezas relacionadas a valores e data de ocorrência. Todavia, os autores relatam que muitas empresas ainda não divulgam informações com a melhor qualidade e que expressem a realidade.

O estudo de Oliveira e Toledo Filho (2010), a respeito da evidenciação de riscos, especificamente de passivos ambientais, traz como resultado que empresas maiores, com maior tradição de mercado e que possuem maiores oportunidades de crescimento são mais propensas a mensurar os riscos associados aos passivos ambientais, de forma que suas políticas contábeis evidenciem ações e políticas de mitigação dos riscos, em relação àquelas que não possuem tais incentivos. Já Silva *et al.* (2010) investigaram as escolhas contábeis relacionadas ao reconhecimento de provisão de contingências passivas em situações de seleção adversa, ou seja, os autores procuraram discutir se os contadores conseguem, em situações reais, não ser influenciados pelo ambiente em que estão inseridos. Para tanto, foi realizado um experimento com 343 estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis, divididos em dois grupos, sendo o ambiente em um deles alterado pelo uso de um chamariz, ou seja, de uma informação que poderia influenciar sua escolha. Os resultados demonstram que a presença de um chamariz pode afetar as decisões, e que a influência pode variar conforme o perfil do indivíduo, tendo os homens perfil mais agressivo e com maior

propensão ao “gerenciamento de resultados”.

Tonetto Filho e Fregonesi (2010) investigaram alguns impactos das mudanças no passivo a partir da adoção das normas internacionais de contabilidade, por meio dos pronunciamentos técnicos do CPC, objetivando analisar a variação dos níveis de endividamento e liquidez das empresas do setor de alimentos processados, em 2007, e analisar o nível de divulgação dessas empresas sobre seus instrumentos financeiros, arrendamentos mercantis e provisões e contingências, em 2008. Os autores verificaram que as empresas analisadas não cumprem 50% das divulgações requeridas pelas normas. O estudo mostrou que as empresas investigadas ainda estão longe do alinhamento às normas internacionais sobre instrumentos financeiros, arrendamento mercantil e provisões e contingências.

Ainda no âmbito nacional, Borba *et al.* (2013) identificaram a significância financeira dos valores das contingências passivas e provisões ambientais evidenciadas em empresas brasileiras. Os achados revelam que, mesmo que metade das empresas possua uma baixa significância em relação ao lucro líquido (menos de 7%), observa-se que 25% das empresas teriam seus lucros reduzidos em mais da metade e até mesmo obteriam prejuízos, caso as contingências possíveis e remotas fossem reclassificadas para provável e devessem ser provisionadas.

Em síntese, pode-se perceber que apesar da relevância das provisões e dos passivos contingentes para as entidades, e da atenção que deve ser dada na sua análise, reconhecimento, mensuração e divulgação, não existem muitos trabalhos na área, principalmente em âmbito nacional. Percebe-se, ainda, que existe um grande campo de pesquisa a ser explorado sobre as contingências (POETA, 2012).

3 METODOLOGIA

Esta seção trata a respeito dos procedimentos a serem realizados para alcançar os objetivos desta pesquisa. Está segregada nos seguintes tópicos: (i) enquadramento metodológico, (ii) população do estudo, (iii) procedimentos para a coleta de dados e (iv) tratamento dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa caracteriza-se, em relação aos objetivos, como exploratório-descritiva, em função de existirem poucos estudos acadêmicos publicados a respeito do tema com o enfoque proposto, principalmente no âmbito nacional. Gil (2002) destaca que as pesquisas exploratórias têm como intuito proporcionar um aprimoramento do tema, enquanto que pesquisas descritivas apresentam a descrição das características e particularidades de um determinado fenômeno ou população.

A abordagem do problema do trabalho é classificada como qualitativa e quantitativa, no qual a pesquisa visa utilizar ferramentas estatísticas para responder ao problema de pesquisa, além de analisar os dados com objetivo de verificar possibilidades de aprimoramento na relevância e na interpretação das provisões e contingências. O método quantitativo tem por finalidade garantir a precisão dos resultados, evitar vieses de análise e interpretação, permitindo uma margem de segurança para a apresentação de inferências (RICHARDSON, 2008). Não obstante, a abordagem qualitativa é relevante por ser utilizada no intuito de entender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 2008).

A fonte de coleta de dados caracteriza-se como secundária, em função dos dados serem coletados a partir das Notas Explicativas que constam nas DFPs e dos FR das empresas extraídos a partir da página eletrônica da BM&FBOVESPA.

3.2 POPULAÇÃO DO ESTUDO

Com o intuito de vislumbrar um panorama das contingências passivas divulgadas pelas empresas e sua representatividade no âmbito nacional, a população definida para o estudo é formada pelas empresas brasileiras com ações negociadas na BM&FBOVESPA. No entanto, por apresentarem características específicas que diferem dos demais tipos de empresas e por estarem vinculadas a órgãos reguladores, como o Banco Central do Brasil (BACEN) e a Superintendência de Seguros Privados

(SUSEP), foram excluídas da pesquisa as companhias do setor financeiro, uma vez que possuem regulamentações próprias com tratamentos diferenciados das demais companhias.

Tabela 1: Empresas analisadas

Empresas analisadas	Quantidade de empresas
Empresas que negociam ações na BOVESPA	487
(-) Empresas do setor financeiro	148
(-) Empresas que aparecem em mais de um setor	16
(-) Empresas que não possuem DFPs em 2012	5
(-) Empresas que possuem exercício social diferente do ano civil	7
Total de empresas analisadas	311

Fonte: Autoria própria (2014).

Além disso, algumas restrições surgiram a partir da coleta das DFPs. Conforme Tabela 1, foram excluídas as empresas que constam em duplicidade em mais de um setor. Ainda, algumas empresas não possuem DFPs do ano de 2012 ou seus exercícios sociais diferem do ano civil. Dessa forma, a população deste estudo é composta por 311 empresas, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Setores das empresas analisadas

Setores	Quantidade de empresas	Percentual
Bens Industriais	35	11%
Construção e Transporte	69	22%
Consumo Cíclico	68	22%
Consumo não Cíclico	37	12%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7	2%
Tecnologia da Informação	9	3%
Telecomunicações	10	3%
Utilidade Pública	76	24%
Total	311	100%

Fonte: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (2013).

Abaixo são detalhados os segmentos de cada setor conforme segregação da BOVESPA:

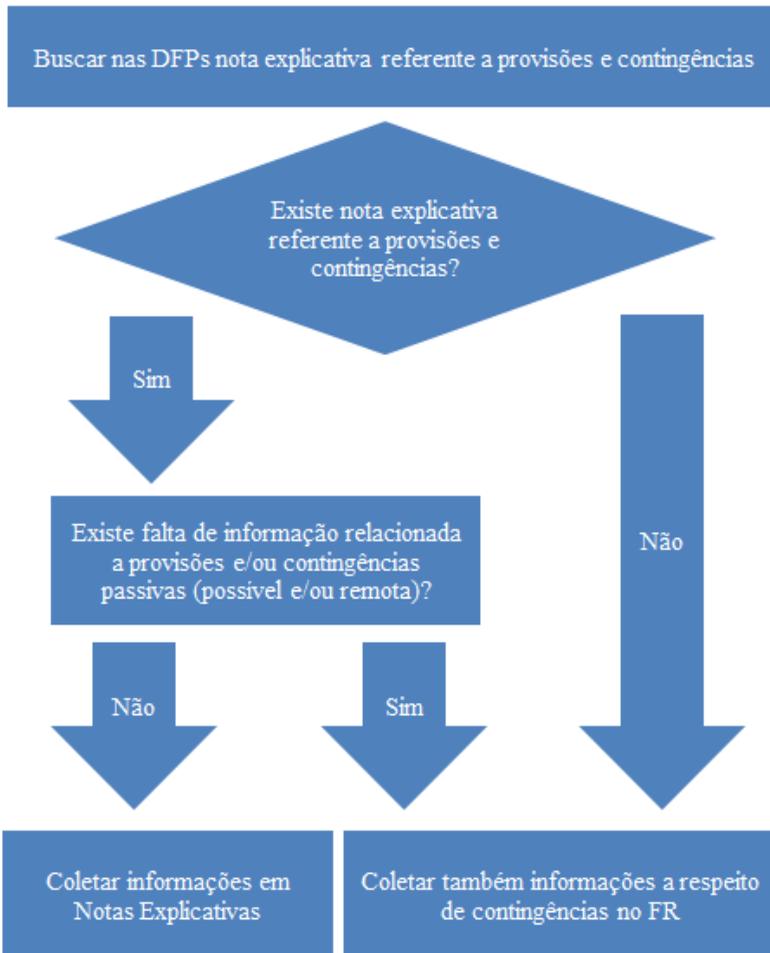
- Bens Industriais: máquinas e equipamentos; material de transporte; equipamentos elétricos; armas e munições; máquinas e equipamentos de construção e agrícolas; máquinas e equipamentos hospitalares; máquinas e equipamentos industriais; motores, compressores e outros; material

aeronáutico e de defesa; material ferroviário; material rodoviário; serviços diversos;

- Construção e Transporte: construção civil; construção pesada; engenharia consultiva; intermediação imobiliária; materiais de construção; serviços diversos; exploração de rodovias; serviços de apoio e armazenagem; transporte aéreo; transporte ferroviário; transporte hidroviário; transporte rodoviário;
- Consumo Cíclico: eletrodomésticos; produtos diversos; tecidos, vestuário e calçados; aluguel de carros; programas de fidelização; serviços educacionais; hotelaria; restaurante e similares; jornais, livros e revistas; produção e difusão de filmes e programas; publicidade e propaganda; acessórios; calçados; fios e tecidos; vestuário; eletrodomésticos; móveis; utensílios domésticos; bicicletas; brinquedos e jogos; parques de diversão; produção de eventos e shows;
- Consumo Não Cíclico: agricultura; açúcar e álcool; alimentos diversos; café; carnes e derivados; grãos e derivados; laticínios; cervejas e refrigerantes; alimentos; medicamentos; produtos diversos; cigarros e fumo; produtos de limpeza; produtos de uso pessoal; medicamentos e outros produtos; serviços médico, hospitalares, análises e diagnósticos;
- Petróleo, Gás e Biocombustíveis: equipamentos e serviços; exploração e/ou refino;
- Tecnologia da Informação: computadores e equipamentos; programas e serviços;
- Telecomunicações: telefonia fixa; telefonia móvel; e
- Utilidade Pública: água e saneamento; energia elétrica; gás.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Para a realização deste estudo, foram utilizadas as informações divulgadas nas Notas Explicativas do ano de 2012 e no FR das empresas brasileiras que possuem ações negociadas na BM&FBOVESPA.

Figura 2: Metodologia para coleta de dados

Fonte: Autoria própria (2014).

Foram extraídos da página eletrônica da BM&FBOVESPA os arquivos das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) do ano de 2012. Nos casos em que não existirem informações relacionadas a provisões ou passivos contingentes de probabilidades possíveis ou remotas em notas explicativas, a busca complementar por informações se deu nos FRs. A Figura 2 ilustra a metodologia de coleta de dados.

Como não há obrigatoriedade na divulgação de contingências

passivas de probabilidade remota, a maior parte das empresas não as divulga, necessitando, para fins deste estudo, a coleta de dados também no FR. A falta de informações em notas explicativas suscitou a necessidade de coleta no FR de 280 empresas. Todavia, 9 empresas não apresentaram tal Formulário no ano de 2012. Dessa forma, a coleta de dados deste estudo se deu em 582 relatórios: 311 DFs e 271 FRs.

Quadro 1: Itens do FR analisados

Item do FR	Especificação do item
4.3	Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes.
4.4	Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.
4.5	Processos sigilosos relevantes.
4.6	Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.
4.7	Outras contingências relevantes.

Fonte: Autoria própria, com base em BM&FBOVESPA (2014)

Os itens do FR analisados referem-se a processos judiciais, conforme demonstrado no Quadro 1.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Para identificar o *disclosure* das provisões e contingências passivas pelas empresas brasileiras foi analisado o CPC 25 e foram identificados 12 itens requeridos pelo pronunciamento, 9 relacionados à evidenciação das provisões e 3 relacionados à evidenciação dos passivos contingentes, conforme demonstrado no Quadro 2. Para a divulgação de cada item foi atribuído o peso 1 e para a não divulgação foi computado peso 0, com o objetivo de identificar a conformidade das empresas com o que é exigido pela norma.

Quadro 2: Itens de evidenciação de provisões e passivos contingentes

Provisões	
1	Segregação por classe de provisão
2	Valor contábil no início do período
3	Valor contábil no fim do período
4	Movimentação (adição e/ou baixa) durante o ano em cada classe de provisão
5	Reversão de valores não utilizados
6	Descrição referente a Ajuste a Valor Presente – AVP
7	Descrição da natureza da obrigação
8	Cronograma esperado de liquidação da provisão
9	Indicação de incertezas relacionadas a valor contábil e prazo de liquidação
Passivos Contingentes	
10	Descrição da natureza do passivo contingente
11	Estimativa do seu efeito financeiro
12	Indicação de incertezas relacionadas a valor contábil e prazo de liquidação

Fonte: Autoria própria, com base no CPC 25 (2014).

A fim de verificar as características das provisões e dos passivos contingentes, eles serão segregados de acordo com a sua natureza: trabalhistas, tributários ou fiscais, cíveis, ambientais e outros.

A proposição deste estudo é identificar e mensurar os efeitos que as contingências possíveis e remotas divulgadas pelas empresas podem ter se reconfiguradas para uma provável probabilidade de ocorrência, já que elas podem ser avaliadas de forma distinta por diferentes indivíduos, em função do julgamento a partir da interpretação das probabilidades das contingências.

Os resultados do estudo de Aharony e Dotan (2004), que examinaram empiricamente se os usuários das demonstrações financeiras atribuem diferentes interpretações aos critérios de divulgação a respeito de contingências e provisões determinados pelo SFAS 5, demonstram que existem diferenças de interpretação em relação às probabilidades de ocorrência. Surge, então, o interesse em investigar os efeitos da reconfiguração das contingências passivas nas empresas brasileiras.

Para reclassificar os passivos contingentes foram criados 5 cenários: (i) otimista; (ii) parcialmente otimista; (iii) moderado; (iv) parcialmente pessimista; (v) pessimista.

Conforme Tabela 3, a reconfiguração das contingências possíveis para prováveis se dá a partir da reclassificação das probabilidades, desde o extremo inferior do cenário otimista, no qual nenhuma contingência possível seria reclassificada, até o extremo superior do cenário pessimista, onde todas as contingências possíveis seriam reclassificadas para prováveis. Cada cenário foi dividido em um intervalo de mesmo tamanho. Ou seja, o total (100%) foi dividido em 5 intervalos em que cada um abrange 1/5 (20%).

Tabela 3: Reclassificação a partir de cada cenário

Reclassificação de possível para provável	Intervalo
Cenário Otimista	0% a 20%
Cenário Parcialmente Otimista	21% a 40%
Cenário Moderado	41% a 60%
Cenário Parcialmente Pessimista	61% a 80%
Cenário Pessimista	81% a 100%

Fonte: Autoria própria (2014).

Para reclassificar as contingências passivas de probabilidade remota, primeiramente estas foram reclassificadas para possíveis, para, então, seguirem a premissa de reclassificação de possíveis para prováveis. Seguindo o mesmo princípio, cada cenário de reclassificação de remota para possível foi dividido em um intervalo de mesmo tamanho. Ou seja, o total (100%) foi dividido em 5 intervalos em que cada um abrange 1/5 (20%). A partir da reclassificação para possível, houve a reclassificação para provável.

Por exemplo, num Cenário Moderado de 41% a 60% das contingências remotas são reclassificadas para possíveis. Já as possíveis têm uma probabilidade de 41% a 60% de serem reclassificadas para prováveis. Desta forma, num Cenário Moderado, cerca de 17% a 36% das contingências passivas remotas seriam reclassificadas para prováveis. A Tabela 4 demonstra os intervalos da reclassificação de cada cenário.

Tabela 4: Cenários e reclassificações

Reclassificação de Cenários	Intervalos		
	Remoto para Possível	Possível para Provável	Remoto para Provável
Cenário Otimista	0% a 20%	0% a 20%	0% de 0% = 20% de 20% = 0% 4%
Cenário Parcialmente Otimista	21% a 40%	21% a 40%	21% de 21% = 40% de 40% = 5% 16%
Cenário Moderado	41% a 60%	41% a 60%	41% de 41% = 60% de 60% = 17% 36%
Cenário Parcialmente Pessimista	61% a 80%	61% a 80%	61% de 61% = 80% de 80% = 37% 64%
Cenário Pessimista	81% a 100%	81% a 100%	81% de 81% = 100% de 100% = 65% 100%

Fonte: Autoria própria (2014).

Quanto à segregação dos passivos contingentes a partir da probabilidade de ocorrência, algumas empresas não segregam as contingências em possíveis e remotas, ou seja, apresentam o montante dos passivos contingentes como um todo. Para poder reclassificá-los dentro de cada um dos cenários, primeiramente esses passivos contingentes foram distribuídos entre possível e remoto de acordo com o percentual de representatividade de cada um dos grupos dentro de cada setor.

A partir das reclassificações em cada um dos cenários criados, foram mensurados os efeitos no lucro líquido e no patrimônio líquido das empresas. A coleta desses dados se deu por meio do *software* Economatica.

Para identificar as alterações causadas na situação das empresas foram elaboradas hipóteses com o intuito de auxiliar no alcance ao objetivo da pesquisa, no qual cada uma das hipóteses foi testada para cada cenário sob o mesmo prisma: se a reclassificação reflete em modificações na situação econômica das empresas.

Hipótese 1 nula: A reclassificação das contingências passivas não produz alterações significativas no lucro líquido das empresas;

Hipótese 1 alternativa: A reclassificação das contingências passivas produz alterações significativas no lucro líquido das empresas;

Hipótese 2 nula: A reclassificação das contingências passivas não produz alterações significativas no patrimônio líquido das empresas;

Hipótese 2 alternativa: A reclassificação das contingências passivas produz alterações significativas no patrimônio líquido das empresas.

Para a análise das hipóteses formuladas utilizou-se o teste de hipótese de diferença de médias, que busca comparar as diferenças nos valores médios de dois ou mais grupos (GUJARATI; PORTER, 2011). O Teste T de diferença de médias está baseado na aceitação ou rejeição de hipóteses. O estudo está fundamentado na hipótese nula de que as médias dos lucros/patrimônios líquidos reais e reclassificados são estatisticamente iguais; e na hipótese alternativa de que as médias são diferentes. Determinou-se para o teste de hipótese de diferença de médias o nível de significância de 0,01.

Dessa forma, quando os valores médios reais (antes da reclassificação) se apresentarem estatisticamente iguais aos valores médios de cada cenário (após a reclassificação), aceita-se hipótese nula e considera-se que não existem mudanças significativas na situação das empresas. Por outro lado, quando os valores médios após a reclassificação de cada cenário se mostrarem estatisticamente diferentes dos valores reais, rejeita-se a hipótese nula, originando evidências de que os passivos contingentes podem influenciar a situação econômica das empresas a partir dos cenários determinados neste estudo.

4. RESULTADOS

A partir do delineamento dos objetivos da pesquisa, este capítulo está dividido em três tópicos: (i) evidenciação das provisões e contingências passivas; (ii) panorama das características das provisões e dos passivos contingentes; e (iii) reconfiguração e mensuração dos efeitos na situação econômica das empresas.

4.1 EVIDENCIAÇÃO DAS PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O principal objetivo da Contabilidade é fornecer informações para a tomada de decisões. Dessa forma, a evidenciação é a base da comunicação entre a empresa e seus usuários externos. Quanto à evidenciação das provisões e dos passivos contingentes, conforme regulamentação brasileira, a possibilidade de ocorrência dos eventos acarreta em tipos de evidenciação diferenciados. Se um evento for considerado como sendo provável que ocorra deve ser reconhecido no balanço patrimonial como passivo. Caso o evento seja caracterizado como possível de ocorrer, então será somente divulgado em notas explicativas. E quando o evento possuir uma chance remota de ocorrer nenhuma evidenciação é exigida nem qualquer reconhecimento.

A partir da análise de divulgação de provisões e passivos contingentes em empresas brasileiras que negociam ações na BM&BOVESPA, dos 12 itens analisados neste estudo, percebe-se que, conforme Tabela 5, grande parte das empresas possui um alto nível de evidenciação. No entanto, 9% das empresas, ainda, divulgam menos da metade dos itens exigidos pelo CPC 25.

Tabela 5: Evidenciação de provisões e passivos contingentes

Evidenciação	Quantidade de empresas
0% - 25%	1
26% - 50%	27
51% - 75%	189
76% - 100%	94
Total	311

Fonte: Autoria própria (2014).

33 empresas possuem 100% de evidenciação dos itens analisados. Todavia, 29 empresas não possuem contingências nem provisões, sendo consideradas para fins deste estudo como empresas que atendem as

exigências de divulgação. Além disso, 3 empresas não possuem provisões e divulgam os itens exigidos para os passivos contingentes e apenas 1 empresa apresenta o *full disclosure*, ou seja, divulga ao mercado todos os itens requeridos pelo CPC 25, evitando que aconteça a divulgação de informações privilegiadas apenas a um grupo específico de usuários.

Tabela 6: Evidenciação de provisões e passivos contingentes por nível de governança

Nível de governança	Quantidade de empresas a partir do percentual de evidenciação				
	0% - 25%	26% - 50%	51% - 75%	76% - 100%	Total
Tradicional	1	19	105	57	182
Diferenciado*	0	8	84	37	129
Nº total de empresas	1	27	189	94	311

*Empresas que fazem parte do grupo Nível Diferenciado: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado.

Fonte: Autoria própria (2014).

Fonteles *et al.* (2012), com o intuito de identificar determinantes do nível de *disclosure*, encontraram evidências de que empresas com níveis de governança diferenciados apresentam maior número de itens divulgados e, com efeito, maior cumprimento das exigências de *disclosure*. Todavia, os achados deste estudo não encontrou diferenças de evidenciação entre os grupos, uma vez que a média de evidenciação é de 9 itens tanto para empresas de níveis de governança diferenciados quanto para empresas tradicionais.

Tabela 7: Evidenciação de provisões e passivos contingentes por setor

Setor	Percentual de Evidenciação					Total	Média de itens
	0% a 25%	26% a 50%	51% a 75%	76% a 100%			
Bens Industriais	0	10	22	3	35	7,3	
Construção e Transporte	0	11	52	6	69	7,7	
Consumo Cíclico	1	1	37	29	68	9,2	
Consumo não Cíclico	0	1	21	15	37	9,2	
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	0	0	2	5	7	10,6	
Tecnologia da Informação	0	0	7	2	9	8,3	
Telecomunicações	0	0	9	1	10	7,7	
Utilidade Pública	0	4	39	33	76	9,2	
Nº total de empresas	1	27	189	94	311	8,6	

Fonte: Autoria própria (2014).

A partir da análise setorial, percebe-se que empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis apresentam uma média de evidenciação de cerca de 10 itens, uma vez que a maior parte do grupo não possui provisões e contingências passivas, sendo consideradas para este estudo como empresas com 100% de evidenciação.

Por outro lado, o setor que possui o menor nível de evidenciação é o de Bens Industriais, no qual 29% das empresas apresentam divulgação de, no máximo, metade dos itens requeridos pelo CPC 25. Ainda, a média de itens divulgados do setor é de 7,3 enquanto que a média das 311 empresas é de 8,6.

Em média, 72% dos itens requeridos pelo CPC 25 foram evidenciados pelas empresas no ano de 2012. Por outro lado, a mediana da população é de 67% de evidenciação. Ou seja, a maior parte das empresas evidencia 8 itens requeridos pelo CPC 25, os quais são: segregação por classe de provisão; valor contábil da provisão no início do período; valor contábil da provisão no final do período; movimentação (adição e/ou baixa) durante o ano em cada classe de provisão; reversão da provisão de valores não utilizados; descrição da natureza da provisão; descrição da natureza do passivo contingente; e estimativa do efeito financeiro do passivo contingente.

Para uma apreciação mais detalhada, a seguir são apresentadas as análises de evidenciação segregadas em divulgação de provisões e

divulgação de passivos contingentes.

4.1.1 Evidenciação das Provisões

Quanto à análise de divulgação apenas das provisões, os resultados demonstram que 55% das empresas evidenciam mais da metade dos itens exigidos pela norma contábil vigente.

Tabela 8: Evidenciação de provisões

Evidenciação	Quantidade de empresas
0% - 25%	6
26% - 50%	35
51% - 75%	159
76% - 100%	111
Total	311

Fonte: Autoria própria (2014).

Os itens mais evidenciados pelas empresas são: valor contábil, natureza da provisão, descrição da natureza e movimentação durante o ano. Mesmo havendo um alto nível de evidenciação desses itens, nenhum dos itens foi evidenciado por todas as empresas.

A companhia Light S.A. traz em suas DFs o seguinte detalhamento referente a provisões trabalhistas:

“Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras adicionais de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, responsabilidade subsidiária-solídária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados, diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários e acidente de trabalho – responsabilidade civil” (LIGHT S.A., 2012).

O que surpreende são as empresas que, mesmo representando apenas 3%, não evidenciaram monetariamente suas provisões, pois o montante já foi mensurado e já reconhecido ao resultado do período. Além disso, ainda que grande parte das empresas divulgue a movimentação das provisões, 56% não a fazem de forma detalhada no que tange à divulgação do montante de reversão de valores não utilizados. A maioria das empresas apresenta apenas a movimentação segregada em dois tipos de informações: adições e baixas.

Tabela 9: Evidenciação dos itens de provisões

Provisões	
Itens analisados	Divulgação
Valor contábil no fim do período	99%
Segregação por classe de provisão	98%
Valor contábil no início do período	97%
Descrição da natureza da obrigação	90%
Movimentação durante o ano em cada classe de provisão	83%
Reversão de valores não utilizados	44%
Indicação de incertezas relacionadas a valor contábil e prazo de liquidação	43%
Descrição referente a Ajuste a Valor Presente – AVP	22%
Cronograma esperado de liquidação da provisão	5%

Fonte: Autoria própria (2014).

Alguns trechos das notas explicativas de uma das empresas analisadas demonstram a evidenciação da indicação de incertezas: “O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação presente no final do exercício, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados a esta obrigação”; “A Administração acredita que as provisões são suficientes, com base nas informações atualmente disponíveis. Entretanto, devido às dificuldades inerentes à estimativa de passivos nas áreas descritas a seguir, não se pode garantir que custos adicionais ou menores serão incorridos acima ou abaixo dos valores provisionados”.

Mesmo sendo um item requerido pela norma brasileira, apenas 5% das empresas divulgam o cronograma esperado de liquidação da provisão. Se já existe um alto grau de subjetividade no âmbito de mensuração e definição de probabilidade de ocorrência de questões judiciais que as empresas estão envolvidas, identificar o montante financeiro que será dispendido a cada ano é um julgamento complexo. Porém, independentemente da dificuldade, apontar tal informação é uma obrigação da empresa perante as normas contábeis.

Tabela 10: Evidenciação de provisões por setor

Setor	Percentual de Evidenciação							Média itens	Mediana itens
	0% - 25%	26% - 50%	51% - 75%	76% - 100%	Total				
Bens Industriais	0	10	21	4	35	5	5		
Construção e Transporte	3	12	45	10	70	5	6		
Consumo Cíclico	1	6	28	32	67	6	6		
Consumo não Cíclico	1	2	17	17	37	7	6		
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	0	0	3	5	8	8	9		
Tecnologia da Informação	0	1	6	2	9	6	6		
Telecomunicações	0	0	9	1	10	6	5		
Utilidade Pública	1	4	30	40	75	7	7		
Total	6	35	159	111	311	6	6		

Fonte: Autoria própria (2014).

Entre os setores que se destacam na evidenciação de provisões estão o de Petróleo, Gás e Biocombustíveis e o de Utilidade Pública, com mediana de 9 e 7 itens divulgados, respectivamente. Este último possui 53% de empresas que evidenciam, no mínimo, 7 itens dos 9 analisados neste estudo. Isso pode ser justificado por ser um setor formado por empresas que são reguladas por agências nacionais, tais como Agência Nacional de Águas – ANA e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o que pode acarretar uma maior exigência de divulgação.

4.1.2 Evidenciação dos Passivos Contingentes

De acordo com as exigências de divulgação requeridas pelo CPC 25, foram analisados 3 itens a que se referem os passivos contingentes. Somente 2% das empresas não descrevem a natureza das contingências, apresentando apenas o montante financeiro. O item menos divulgado refere-se à indicação de incertezas relacionadas a valor contábil e prazo de liquidação, também pouco divulgado no que concerne às provisões.

Tabela 11: Itens evidenciados de passivos contingentes

Passivos Contingentes	
Itens analisados	Divulgação
Estimativa do seu efeito financeiro	93%
Descrição da natureza do passivo contingente	98%
Indicação de incertezas relacionadas a valor contábil e prazo de liquidação	42%

Fonte: Autoria própria (2014).

A divulgação de passivos contingentes possui alto grau, no qual 95% das empresas evidenciaram pelo menos 2 itens daqueles exigidos pela norma brasileira. Destaca-se que, mesmo não havendo obrigatoriedade na divulgação de informações a respeito de contingências passivas de probabilidade remota, 14% apresentaram em notas explicativas no ano de 2012 tais informações. Por outro lado, 7% das empresas não divulgaram o montante de contingências passivas de probabilidade possível.

Tabela 12: Evidenciação de passivos contingentes

Evidenciação	Quantidade de empresas
0% - 25%	2
26% - 50%	12
51% - 75%	141
76% - 100%	156
Total	311

Fonte: Autoria própria (2014).

Corroborando com outros estudos (SUAVE *et al.*, 2013; FONTELES *et al.*, 2012; VARELA; BENETTI; SIQUEIRA, 2012), os achados demonstram que as empresas vem evidenciando os itens requeridos pelas normas contábeis vigentes, mas não em sua totalidade. As empresas ainda possuem dificuldades de divulgação de itens como reversão de valores não utilizados, indicação de incertezas relacionadas a valor contábil e prazo de liquidação para provisão e passivos contingentes, descrição referente a Ajuste a Valor Presente (AVP) e cronograma esperado de liquidação da provisão. Ou, ainda, pode haver o desconhecimento por parte dos preparados das demonstrações da exigibilidade dessa divulgação.

4.2 CARACTERÍSTICAS DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES

A Tabela 13 mostra como as contingências passivas e as provisões estão segregadas, tanto por probabilidade de ocorrência como por classe de natureza. As empresas brasileiras estão envolvidas em processos judiciais e administrativos que somam R\$498 bilhões. As provisões, que já foram contabilizadas e afetaram o lucro e o patrimônio das empresas, representam apenas 12% desse total (R\$58,8 bilhões).

Tabela 13: Características de provisões e passivos contingentes - R\$ em milhões

Natureza	Provisão	Contingência Possível	Contingência Remota	Contingência Possível/Remota*	Total
Tributária	14.292	216.206	49.297	2.364	282.159
	24%	73%	36%	44%	57%
Cível	25.323	50.559	51.404	787	128.073
	43%	17%	37%	15%	26%
Trabalhista	15.197	17.586	3.256	1.815	37.854
	26%	6%	2%	34%	8%
Ambiental	910	1.725	32.941	-	35.576
	2%	1%	24%	-	7%
Outras	2.419	8.005	496	-	10.920
	4%	3%	0,4%	-	2%
Não classificado	636	2.488	211	390	3.725
	1%	1%	0,2%	7%	1%
Total	58.777	296.569	137.605	5.356	498.307
	100%	100%	100%	100%	100%

*As empresas divulgam sem a segregação entre possível e remota.

Fonte: Autoria própria (2014).

Quanto às contingências, que ainda não influenciaram o resultado e o patrimônio das empresas, 60% de todos os processos em que as empresas estão envolvidas estão classificados como possível probabilidade de perda, chegando a quase R\$300 bilhões. Já os de probabilidade remota, ou seja, aqueles que possuem baixa expectativa de ocorrência, representam 28%.

Castro (2011) relata que um dos principais defeitos da tributação no Brasil é a complexidade excessiva do sistema tributário, que decorre, dentre outros fatores, de frequentes mudanças na extensa legislação, notadamente com uma alternância de critérios adotados; da instituição irracional de obrigações acessórias; e da proliferação de exigências tributárias com regramentos diferenciados. Isso justifica a representatividade dos processos fiscais e tributários nas empresas. Os achados demonstram que as empresas possuem R\$282 bilhões em processos dessa natureza, que representa 57% do total.

Percebe-se que, mesmo possuindo uma representatividade grande no quadro geral (R\$36 bilhões), 91% dos processos ambientais têm probabilidade de perda remota. Tais achados corroboram os resultados do estudo de Borba *et al.* (2013), que ao investigar contingências ambientais no cenário brasileiro, relataram que as de probabilidade remotas são as mais representativas (90%) se comparadas às possíveis e prováveis.

Quase 90% dos processos trabalhistas apresentam probabilidade de perda provável e possível, 40% e 46%, respectivamente. Isso se dá em função da legislação que instiga o aumento de ações trabalhistas por parte dos funcionários, como comenta o sociólogo Pastore (2014), especialista em relações do trabalho há mais de 40 anos:

“A Constituição Federal tem 67 dispositivos no campo trabalhista com adicional de 14 regras transitórias. A Consolidação das Leis do Trabalho incorpora quase mil artigos, desdobrados em centenas de parágrafos e incisos. Os Códigos Civil e Penal têm dezenas de dispositivos no campo do trabalho. O Tribunal Superior do Trabalho já editou mais de 400 atos jurisprudenciais. O Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Previdência Social possuem uma imensidão de regras detalhadas e precedentes administrativos que aumentam a cada dia. O Ministério Público do Trabalho igualmente tem inúmeras exigências. No campo internacional, são 82 as Convenções da OIT ratificadas e em vigência no país”.

O sociólogo relata que, além da tamanha complexidade que permeia o sistema processual da Justiça do Trabalho, as chances do autor obter algum benefício na audiência inicial são grandes, pois cerca de 50% das disputas se resolvem nessa fase com o pagamento de montantes atraentes e sem custas para quem moveu a ação (PASTORE, 2014).

4.2.3 Características das Provisões

Das empresas analisadas, 89% possuem provisões. As que se destacam são as trabalhistas, já que 82% das empresas possuem processos desta natureza. Ainda, a divulgação pouco detalhada dificulta a identificação de características das provisões, uma vez que 2% das companhias não as classificam por classe de natureza.

O setor de Telecomunicações, mesmo sendo formado por apenas 10 empresas, possui 36% das provisões de todas as empresas do ano de 2012, destacando-se com R\$11,5 bilhões de provisões cíveis e R\$5 bilhões de trabalhistas. É importante mencionar que apenas uma empresa do setor chegou a ter no ano de 2012 mais de R\$6 bilhões de provisões, enquanto que a empresa do grupo que possui o valor mais baixo de provisão é de R\$203 milhões.

Outro setor que se destaca é o de utilidade pública, que possui 34% do total das provisões. Este setor possui R\$9,5 bilhões em provisões cíveis e R\$5,7 em trabalhistas. Uma característica específica deste setor são as provisões regulatórias, que possuem um total de R\$637 milhões (fazem parte do grupo outras). A respeito de provisões ambientais, o setor também se destaca com 85% (R\$770 milhões de um total de R\$910 milhões).

Tabela 14: Características das Provisões - R\$ em milhões

Setores	Tributária	Trabalhista	Cível	Ambiental	Outras	Não classif.	Total	Média	Mín.	Máx.
Bens Industriais	570	509	211	9	24	-	1.323	38	0,12	207
Const. e Transp.	1.152	1.077	1.633	3	183	42	4.090	59	0,23	1.140
Consumo Cíclico	1.952	948	387	-	39	-	3.326	49	0,01	573
Cons. não Cíclico	2.236	1.172	634	-	124	592	4.758	129	0,15	935
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	968	691	1.136	128	614	-	3.538	505	953,11	2.585
Tecnologia da Informação	92	67	264	-	-	-	423	47	1,45	267
Telecomunicações	4.642	5.034	11.565	-	73	-	21.314	2.131	202,94	6.436
Utilidade Pública	2.679	5.698	9.495	770	1.361	1	20.005	263	0,01	5.556
Total Geral	14.292	15.197	25.323	910	2.419	636	58.777	3.222	1.158	17.698

Fonte: Autoria própria (2014).

A maior parte das empresas possui provisões no valor máximo de R\$25 milhões. Enquanto que 11% das empresas não possuem provisões. Por outro lado, existem empresas que chegam a ter mais de R\$5 bilhões em provisões. As empresas que possuem maior volume de provisões fazem parte do setor de Utilidade Pública, destacando-se o segmento de Energia Elétrica.

Tabela 15: Intervalo das Provisões

Intervalo de valor	Quantidade de empresas
Sem provisão	35
R\$0 --- R\$25 milhões	132
R\$25 --- R\$50 milhões	30
R\$50 --- R\$75 milhões	25
Mais de R\$75 milhões	89
Total	311

Fonte: Autoria própria (2014).

A Eletrobras, empresa que possui R\$9,1 bilhões em provisões tributárias, traz em suas DFs o seguinte detalhamento:

“A principal ação registrada refere-se aos autos de infração lavrados contra Furnas em 3 de maio de 2001, relativos ao Finsocial, Cofins e Pasep, em decorrência de exclusões nas bases de cálculo relativas, principalmente, a repasse e transporte de energia de Itaipu, por um período de dez anos. O valor atualizado do processo é de R\$ 246.204. A Administração de Furnas, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que a probabilidade de perda é provável e por isso possui em seu passivo não circulante provisão no valor total” (ELETROBRAS, 2012).

Tal evidenciação demonstra que menos de 3% do valor total das provisões que a empresa possuía em 2012 foram especificados. Isso implica na dificuldade que os usuários da informação têm de poder analisar com mais propriedade os processos que as empresas detêm.

Ressalta-se que as 10 empresas que possuem o maior valor em provisões representam 24% do total das provisões de 276 empresas. Isso demonstra que existe um grupo de empresas que são afetadas de forma representativa por provisões judiciais enquanto que o restante possui, em média, R\$168 milhões em provisões.

4.2.2 Características das Contingências Possíveis

Quanto às contingências possíveis, 61% das empresas possuem as de natureza trabalhistas. Por outro lado, 13% das empresas não detalham informações a respeito de certos passivos contingentes, não os classificando por tipo de natureza. Destaca-se o setor de consumo não cíclico, do qual 92% das empresas do grupo possuem contingências possíveis.

Tabela 16: Características de Passivos Contingentes Possíveis – R\$ em milhões

Setores	Tributária	Trabalhista	Cível	Ambiental	Outras	Não classif.	Total	Média	Mín.	Máx.
Bens Industriais	1.236	252	516	-	5	85	2.094	60	0,58	380
Const. e Transp.	3.087	1.490	2.388	31	1	276	7.273	106	0,28	1.417
Consumo Cíclico	5.093	650	673	-	108	1.411	7.935	117	0,57	1.460
Cons. não Cíclico	41.520	1.578	1.251	10	2.287	621	47.267	1.277	0,35	12.337
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	50.596	2.659	4.945	666	33	-	58.899	8.414	1,47	58.818
Tecnologia da Informação	612	113	114	-	1	0,3	840	93	0,31	228
Telecomunicações	74.560	4.386	7.117	-	147	-	86.210	8.621	122,28	19.337
Utilidade Pública	39.503	6.458	33.555	1.018	5.423	94	86.050	1.132	0,36	27.206
Total Geral	216.207	17.586	50.559	1.725	8.005	2.487	296.569	19.820	126	121.184

Fonte: Autoria própria (2014).

Os setores de Telecomunicações e Utilidade Pública se destacam no total de passivos contingentes, ultrapassando mais de R\$86 bilhões cada um. Juntos detêm quase 60% de todas as contingências possíveis. Não obstante, é importante apontar que uma das empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, sozinha, detém 20% dos passivos contingentes possíveis. Essa empresa possui um total de R\$59 bilhões.

Os passivos contingentes de natureza tributária representam 73% do total das contingências, ressaltando-se que vários setores possuem mais de R\$30 bilhões: Consumo não Cíclico; Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Telecomunicações; e Utilidade Pública.

Tabela 17: Intervalo de Passivos Contingentes Possíveis

Intervalo de Valor	Quantidade de empresas
Sem divulgação de contingência possível	52
0 --- 25 milhões	94
25 --- 50 milhões	31
50 --- 75 milhões	13
75 --- 100 milhões	12
Mais de 100 milhões	109
Total	311

Fonte: Autoria própria (2014).

35% das empresas possuem um montante de passivos contingentes maior do que R\$100 milhões. Por outro lado, 47% tem, no máximo, R\$25 milhões, destacando-se que 17% não possuem (ou não divulgam).

Mais uma vez, ressalta-se que as 20 empresas que mais evidenciaram em 2012 passivos contingentes fazem parte do setor de Utilidade Pública, destacando-se o segmento de Energia Elétrica. Cada uma dessas 20 empresas possui mais de R\$1 bilhão em passivos contingentes, chegando uma única companhia a atingir R\$27 bilhões.

4.2.3 Características das Contingências Remotas

As contingências passivas remotas são menos representativas e menos divulgadas se comparadas com as de probabilidade possível, uma vez que não existe obrigatoriedade de sua divulgação e, para fins deste estudo, a não divulgação foi considerada como não existência de contingências remotas pelas empresas. Em se tratando dos setores de Consumo Cíclico, Petróleo e Tecnologia da informação, mais da metade das empresas não possuem contingências remotas.

Tabela 18: Características de Passivos Contingentes Remotos

Setores	Tributária			Trabalhista			Cível			Ambiental			Outras			Sem classificação			Empresas com contingências remotas			Empresas sem contingências remotas		
Bens Industriais	14	7	12	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	14	14	
Const. e Transp.	24	17	31	1	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	44	25	25	
Consumo Cíclico	22	7	15	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	30	38	38	
Cons. não Cíclico	19	6	10	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	23	14	14	
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	4	
Tecnologia da Informação	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	7	7	
Telecomunicações	5	3	2	-	1	-	1	-	1	-	1	-	1	-	1	-	1	-	1	-	7	3	3	
Utilidade Pública	43	21	30	10	8	10	8	10	8	10	8	10	8	10	8	10	8	10	8	10	52	24	24	
Total Geral	130	62	102	16	15	16	15	16	15	16	15	16	15	16	15	16	15	16	15	16	182	129	129	

Fonte: Autoria própria (2014).

Por outro lado, a maioria das empresas possui contingências remotas (e as divulgam). De um total de R\$137,6 bilhões, destacam-se as de natureza ambiental com R\$32,9 bilhões, dos quais R\$32,8 bilhões concentram-se no setor de Utilidade Pública. Ressaltam-se, ainda, as de natureza tributária e cível, que totalizam R\$49,3 e R\$51,4 bilhões, respectivamente.

Tabela 19: Intervalo de Passivos Contingentes Remotos

Intervalo de valor	Quantidade de empresas
Sem divulgação de contingência remota	129
0 --- 25 milhões	70
25 --- 50 milhões	17
50 --- 75 milhões	12
Mais de 75 milhões	83
Total	311

Fonte: Autoria própria (2014).

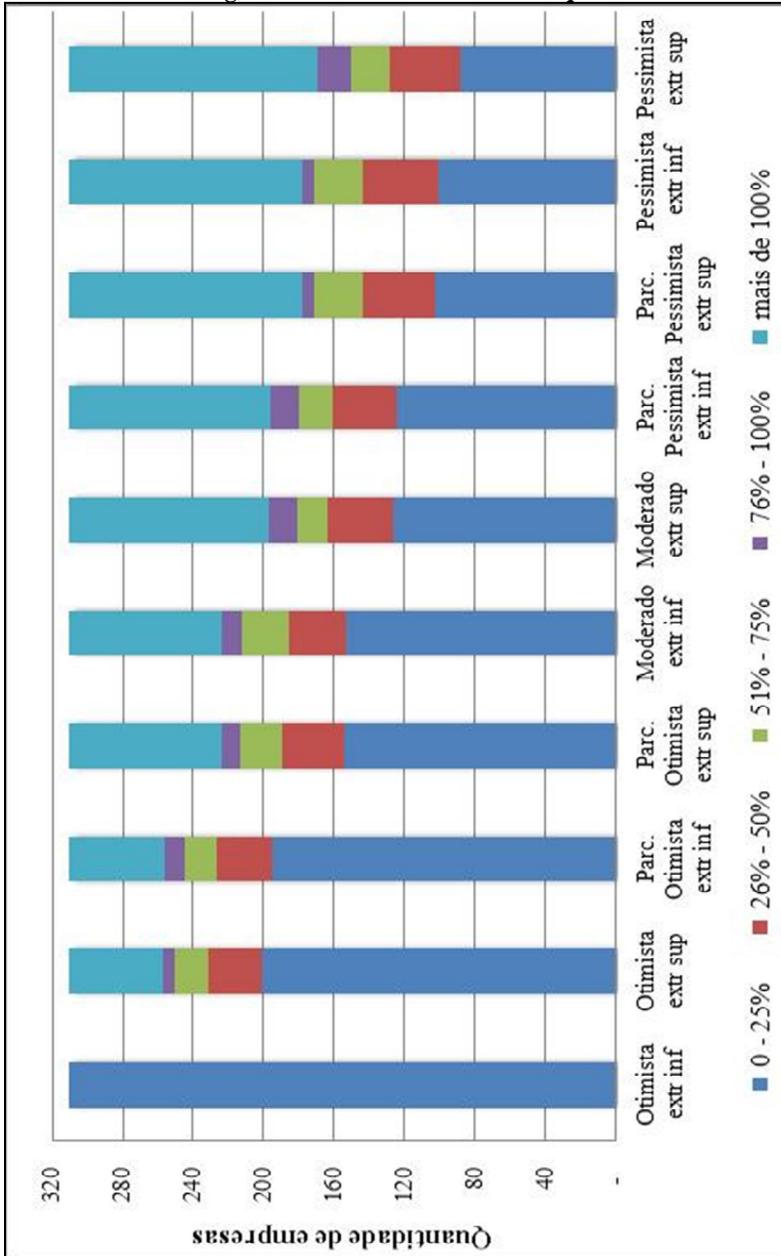
Por não haver obrigatoriedade de sua divulgação, percebe-se que 129 não apresentam contingências remotas, limitando os resultados deste estudo, pois não se pode afirmar se estas empresas realmente não possuem passivos contingentes remotos ou se simplesmente elas não os evidenciam. Em contrapartida, 27% das empresas possuem montantes financeiros de mais de R\$75 milhões em contingências remotas.

Entre as empresas que possuem mais passivos contingentes remotos, destaca-se mais uma vez o setor de Utilidade Pública, pois das 19 empresas que possuem mais de R\$1 bilhão de contingências remotas, 12 fazem parte deste setor. Essas 12 empresas representam 40% do total de contingências remotas de empresas brasileiras, ou seja, somam mais de R\$55 bilhões.

4.3 RECONFIRUGAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Com o intuito de mensurar os efeitos das contingências passivas no resultado e no patrimônio de empresas brasileiras, estas foram reclassificadas a partir da criação de 5 cenários: do mais otimista ao mais pessimista. Os resultados são demonstrados nas Figuras 3 e 4, que ilustram para cada extremo de cada um dos cenários a quantidade de empresas que tiveram um determinado percentual de variação a partir da reclassificação.

Figura 3: Reflexos no resultado líquido



Fonte: Autoria própria (2014).

Ainda que 65% das empresas possam reduzir em no máximo um quarto seu resultado líquido no cenário otimista, 53 empresas teriam seus resultados afetados em mais de 100%. Enquanto que 23 teriam seus prejuízos dobrados, 30 empresas deixariam de obter lucro e passariam a obter prejuízo. O que se ressalta são empresas que mesmo possuindo lucro de mais de R\$1 bilhão, ainda no cenário otimista elas já passariam a ter prejuízo.

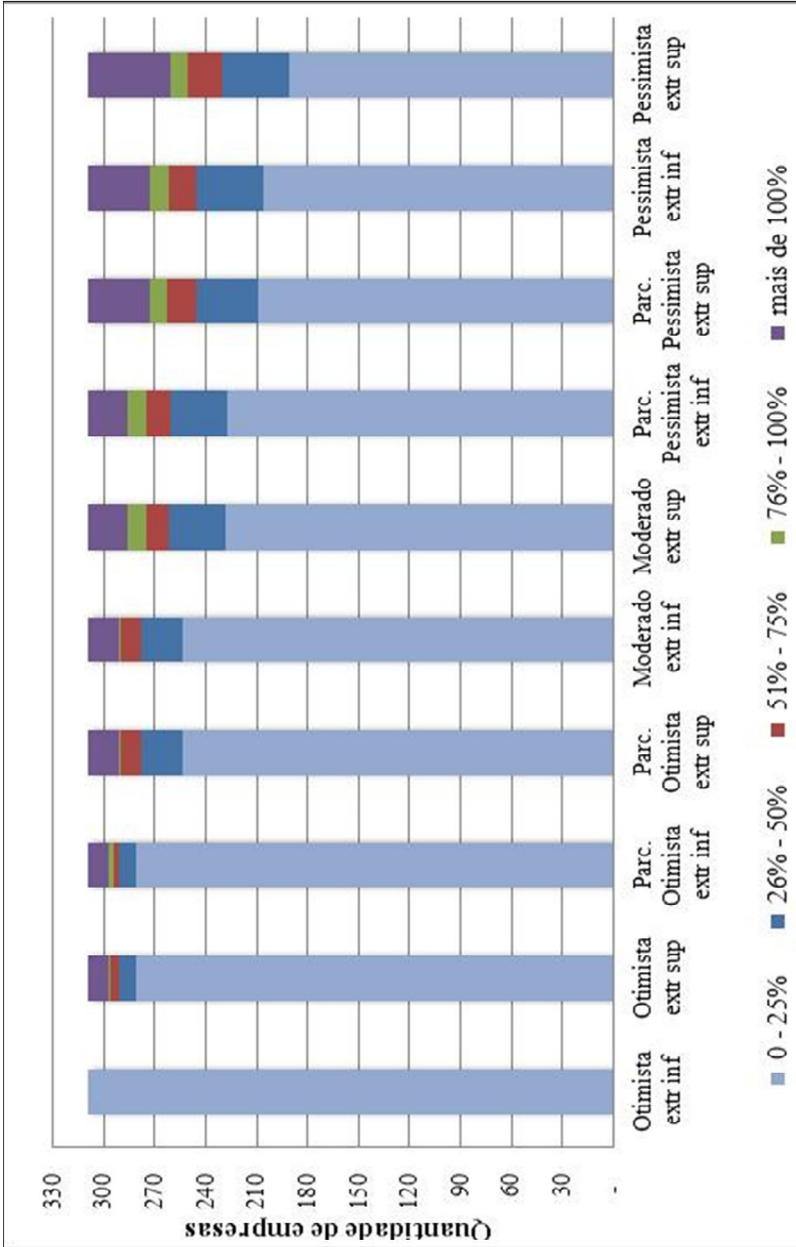
No cenário moderado chega a 113 o número de empresas que teriam seus resultados líquidos modificados em mais de 100%. Isto é, 81 empresas passariam a ter prejuízos enquanto 32 teriam seus prejuízos duplicados. No cenário moderado 41% das empresas teriam seus resultados modificados em apenas 25%. Enquanto que, no mesmo cenário, uma empresa que possuía R\$21,2 bilhões de lucro passaria para um prejuízo de mais de R\$5 bilhões.

Já no extremo superior do cenário pessimista, no qual todas as contingências possíveis e remotas seriam reclassificadas, 45% das empresas teriam seus resultados afetados em mais de 100%. Além disso, 25 empresas teriam seus lucros reduzidos em mais de 10 vezes do montante do lucro. Dentre as 25 empresas que tiveram seus lucros mais afetados nesse cenário, todas somavam um lucro real de quase R\$8 bilhões. Depois da reclassificação, essas empresas passaram para um prejuízo total de R\$140 bilhões.

Quanto aos reflexos no patrimônio líquido das empresas, percebe-se que a maior parte foi afetada em no máximo 25%. Por outro lado, no extremo superior do intervalo otimista 8 empresas já passariam a ter um passivo a descoberto, ou seja, o valor do passivo superaria o valor do ativo e, conseqüentemente, o patrimônio líquido ficaria negativo.

No cenário moderado 15% das empresas teriam uma redução do patrimônio líquido em mais de 50%, enquanto que 230 empresas seriam afetadas em no máximo 25%, ressaltando que 37 empresas não possuem nenhuma contingência passiva e, dessa forma, não tem nenhuma variação no patrimônio.

Figura 4: Reflexos no patrimônio líquido



Fonte: Autoria própria (2014).

No cenário pessimista um quarto das empresas seriam afetadas em mais de 50%. Desse grupo, as empresas que possuem PL positivo somam um total de R\$254,4 bilhões. Após a reclassificação, o total do PL dessas empresas passaria para R\$17,7 bilhões negativos.

Tabela 20: Reflexos no resultado líquido das empresas

Cenários	Média*		Mediana*	
	Extremo inferior do intervalo	Extremo superior do intervalo	Extremo inferior do intervalo	Extremo superior do intervalo
Otimista	0%	129%	0%	11%
Parcialmente Otimista	177%	398%	12%	25%
Moderado	413%	708%	26%	41%
Parcialmente Pessimista	724%	1092%	42%	61%
Pessimista	1108%	1551%	61%	82%

*Foram retiradas duas empresas por distorcerem as análises.

Fonte: Autoria própria (2014).

Percebe-se, a partir dos resultados demonstrados na Tabela 20, que ilustra a média e a mediana de variação no resultado líquido das empresas a partir da reclassificação, que a média de efeitos no resultado, mesmo no extremo superior do cenário otimista, já é bastante representativa, afetando em média 129% o lucro/prejuízo das empresas. Todavia, nota-se que algumas empresas possuem uma alta variação, pois a mediana nos cenários otimista e parcialmente otimista chega a, no máximo, 25%. No extremo superior do intervalo pessimista a mediana chega a 82%, ou seja, o efeito no resultado líquido da metade das empresas é de 82%, no mínimo.

No cenário moderado, a média dos reflexos no resultado é de 413% para o extremo inferior do intervalo e de 708% para o extremo superior. Isso se justifica pela variação de mais de 1000% em 20 empresas analisadas, o que gera um aumento significativo na média total analisada. Exemplo disso é a empresa que possui um lucro real de R\$33 milhões e passaria para um prejuízo de R\$2,3 bilhões no cenário moderado. Essa mesma empresa no cenário pessimista passaria a obter um prejuízo de R\$5,5 bilhões.

Tabela 21: Reflexos no patrimônio líquido das empresas

Cenários	Média*		Mediana*	
	Extremo inferior do intervalo	Extremo superior do intervalo	Extremo inferior do intervalo	Extremo superior do intervalo
Otimista	0%	18%	0%	2%
Parcialmente Otimista	19%	41%	2%	4%
Moderado	42%	69%	4%	7%
Parcialmente Pessimista	70%	102%	7%	10%
Pessimista	103%	140%	10%	13%

*Foram retiradas duas empresas por distorcerem a amostra.

Fonte: Autoria própria (2014).

Os efeitos no patrimônio líquido, conforme demonstrado na Tabela 21, chegam a 18%, em média, no cenário otimista. No cenário parcialmente otimista a variação do patrimônio líquido pode chegar a 41% em média, e ultrapassando 100% no cenário parcialmente pessimista, uma vez que 35 empresas possuem uma variação maior que 100% e que podem chegar até mais de 1000%. Contudo, a mediana chega a, no máximo, 10%, o que demonstra mais uma vez que existem algumas empresas que fazem com que a análise das médias fique prejudicada.

Mesmo considerando o cenário mais conservador (pessimista), no qual todas as contingências possíveis e remotas fossem reconfiguradas para prováveis e fossem provisionadas, a maior parte das empresas seriam afetadas em cerca de 10%. Ainda que não represente uma variação significativa em termos percentuais, o impacto seria de uma redução em R\$439,5 bilhões de um total de patrimônio líquido de R\$963,5 bilhões de todas as empresas.

A Tabela 22 apresenta, de acordo com o tamanho das empresas, a variação entre o lucro real total de cada grupo (maiores, médias e menores) de empresas e o lucro após a reclassificação (LL ajustado) para cada um dos extremos dos cenários do estudo. Já a Tabela 23 ilustra a variação entre o patrimônio líquido total antes da reclassificação e o patrimônio líquido total após a reclassificação (PL ajustado) de cada grupo (maiores, médias e menores) de empresas para cada um dos extremos dos cenários do estudo.

Tabela 22: Reflexos no resultado líquido das empresas – R\$ em bilhões

Tam.	Itens	Otimista		P. Otimista		Moderado		P. Pessimista		Pessimista	
		Extr. inferior	Extr. superior								
	Passivos Conting.	-	55	58	117	121	187	191	264	268	349
Maiores em PL	LL real	1.138	1.138	1.138	1.138	1.138	1.138	1.138	1.138	1.138	1.138
	LL ajustado	1.138	1.083	1.079	1.020	1.017	951	947	873	870	788
	Variação	0%	5%	5%	10%	11%	16%	17%	23%	24%	31%
	Passivos Conting.	-	8	8	17	17	27	28	39	40	53
Médias em PL	LL real	171	171	171	171	171	171	171	171	171	171
	LL ajustado	171	164	163	155	154	144	143	132	132	119
	Variação	0%	5%	5%	10%	10%	16%	16%	23%	23%	31%
	Passivos Conting.	-	3	3	8	8	15	16	25	26	37
Menores em PL	LL real	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
	LL ajustado	20	17	17	12	12	5	4	-5	-6	-17
	Variação	0%	14%	16%	40%	42%	77%	79%	126%	128%	187%

Fonte: Autoria própria (2014).

Tabela 23: Reflexos no patrimônio líquido das empresas – R\$ em bilhões

Tam.	Itens	Otimista		P. Otimista		Moderado		P. Pessimista		Pessimista	
		Extr. inferior	Extr. superior								
	Passivos Conting.	-	55	58	117	121	187	191	264	268	349
Maiores em PL	PL real	1.629	1.629	1.629	1.629	1.629	1.629	1.629	1.629	1.629	1.629
	PL ajustado	1.629	1.575	1.571	1.512	1.509	1.442	1.439	1.365	1.361	1.280
	Variação	0%	3%	4%	7%	7%	11%	12%	16%	16%	21%
	Passivos Conting.	-	8	8	17	17	27	28	39	40	53
Médias em PL	PL real	141	141	141	141	141	141	141	141	141	141
	PL ajustado	141	134	133	125	124	114	114	102	102	89
	Variação	0%	5%	6%	12%	12%	19%	20%	28%	28%	37%
	Passivos Conting.	-	3	3	8	8	15	16	25	26	37
Menores em PL	PL real	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17
	PL ajustado	17	14	14	9	9	2	1	-8	-9	-20
	Variação	0%	17%	19%	47%	49%	90%	93%	148%	150%	219%

Fonte: Autoria própria (2014).

Considerando o tamanho das empresas a partir de seu patrimônio líquido, percebe-se que empresas menores tendem a ser mais afetadas pela reclassificação dos passivos contingentes. Enquanto empresas médias e grandes têm seus resultados afetados entre 10% a 16%, os efeitos em empresas menores chegam a 77%. Empresas menores passariam de R\$20 bilhões de lucro no total para um prejuízo de R\$17 bilhões.

O mesmo acontece nos reflexos de mudanças no patrimônio líquido: médias e grandes empresas tendem a ser menos afetadas se comparadas a empresas menores. Enquanto, no cenário parcialmente otimista, grandes empresas teriam uma redução de 7% no extremo superior, pequenas empresas já seriam impactadas em 47%. No cenário parcialmente pessimista, empresas menores passariam a ter um passivo a descoberto, enquanto que empresas de maior porte seriam afetadas em, no máximo, 37% no cenário totalmente pessimista.

Com o intuito de identificar se os efeitos causados na situação econômica das empresas são significativos foi utilizado o teste de hipótese de diferença de médias, uma vez que foram formuladas algumas hipóteses a serem testadas. Os resultados dos testes de hipóteses para diferenças de médias encontram-se nas Tabelas 24 e 25.

A primeira hipótese propõe que a reclassificação das contingências passivas não produz alterações significativas no lucro líquido das empresas. Os testes apontam, de acordo com a Tabela 24, que no extremo superior do cenário otimista existem diferenças entre as médias dos lucros reais (aqueles divulgados pelas empresas) e as médias dos lucros reclassificados (ajustados), apresentando um impacto de R\$66 bilhões.

Apenas no extremo inferior do cenário otimista não existe diferença entre as médias, uma vez que a reclassificação das contingências é de 0%. Nos demais cenários (otimista – extremo superior; parcialmente otimista, moderado, parcialmente pessimista e pessimista) o teste de diferenças de médias demonstra que existe uma diferença significativa entre a média dos lucros reais (antes da reclassificação) e a média dos lucros que possuem as reclassificações dos passivos contingentes. Como as médias se mostraram estatisticamente diferentes, rejeita-se a hipótese nula e aceita-se a hipótese alternativa, originando evidências de que os efeitos dos passivos contingentes no lucro das empresas são significativos a partir do cenário otimista (extremo superior).

Tabela 24: Teste de Hipóteses – efeitos no resultado líquido

Cenários	Média*	Variância*	P(T<=t)	Diferença entre as médias	Hipótese 1 nula
Otimista LL Aj. extremo inferior	225	2.207.277	N/A	iguais	aceitar
Otimista LL Aj. extremo superior	15	1.242.301	0,0000500	diferentes	rejeitar
Parc. Ótim. LL Aj. extremo inferior	1	1.236.798	0,0000444	diferentes	rejeitar
Parc. Ótim. LL Aj. extremo superior	-232	2.084.274	0,0000289	diferentes	rejeitar
Moderado LL Aj. extremo inferior	-246	2.190.608	0,0000279	diferentes	rejeitar
Moderado LL Aj. extremo superior	-514	5.414.778	0,0000196	diferentes	rejeitar
Parc. Pess. LL Aj. extremo inferior	-529	5.647.831	0,0000194	diferentes	rejeitar
Parc. Pess. LL Aj. extremo superior	-833	12.126.708	0,0000153	diferentes	rejeitar
Pessimista LL Aj. extremo inferior	-847	12.501.361	0,0000152	diferentes	rejeitar
Pessimista LL Aj. extremo superior	-1.188	23.324.265	0,0000132	diferentes	rejeitar

*R\$ em milhões.

Fonte: Autoria própria (2014).

Tabela 25: Teste de Hipóteses – efeitos no patrimônio líquido

Cenários	Média*	Variância*	$P(T \leq t)$	Diferença entre as médias	Hipótese 1 nula
Otimista PL Aj. extremo inferior	3.098	404.239.726	N/A	iguais	aceitar
Otimista PL Aj. extremo superior	2.888	373.266.573	0,0000500	diferentes	rejeitar
Parc. Otim. PL Aj. extremo inferior	2.874	371.490.819	0,0000444	diferentes	rejeitar
Parc. Otim. PL Aj. extremo superior	2.641	341.401.940	0,0000289	diferentes	rejeitar
Moderado PL Aj. extremo inferior	2.627	339.738.022	0,0000279	diferentes	rejeitar
Moderado PL Aj. extremo superior	2.359	309.327.410	0,0000196	diferentes	rejeitar
Parc. Pess. PL Aj. extremo inferior	2.344	307.790.210	0,0000194	diferentes	rejeitar
Parc. Pess. PL Aj. extremo superior	2.040	277.935.875	0,0000153	diferentes	rejeitar
Pessimista PL Aj. extremo inferior	2.026	276.540.276	0,0000152	diferentes	rejeitar
Pessimista PL Aj. extremo superior	2.026	276.540.276	0,0000137	diferentes	rejeitar

*R\$ em milhões.

Fonte: Autoria própria (2014).

A segunda hipótese formulada pelo estudo propõe que a reclassificação das contingências passivas não produz alterações significativas no patrimônio líquido das empresas. Os testes apontam que, exceto o extremo superior do cenário otimista, existem indícios de que a média dos patrimônios líquidos reais (antes da reclassificação) e a média dos patrimônios líquidos que possuem as reclassificações dos passivos contingentes possam ser diferentes, de acordo com a Tabela 25.

Dessa forma, rejeita-se a hipótese nula de que a reclassificação das contingências passivas não produz alterações significativas no patrimônio líquido das empresas, enfatizando que o valor do patrimônio líquido total das empresas teria uma redução de 46%, passando de um patrimônio líquido de 963,5 bilhões para R\$524 bilhões no cenário pessimista.

5. CONCLUSÃO

Analistas financeiros têm se preocupado com os efeitos dos itens fora do balanço (*off-balance sheet items*) que podem afetar a situação financeira das empresas (BAUMAN, 2003). Empresas têm sido muito criticadas por desenvolverem maneiras de manter certos tipos de obrigações fora de seus balanços, uma vez que autores possuem uma visão de que os participantes do mercado não utilizam informações divulgadas em notas explicativas (SENGUPTA; WANG, 2011). Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi identificar o panorama dos passivos contingentes e mensurar os efeitos da sua reconfiguração na situação econômica de empresas brasileiras. Para atingir ao objetivo proposto, foram analisados 582 relatórios de empresas não-financeiras brasileiras: 311 Demonstrações Financeiras e 271 Formulários de Referência.

Quanto à evidenciação em notas explicativas das provisões e dos passivos contingentes, os resultados demonstram que, em média, 72% dos itens requeridos pelo CPC 25 foram evidenciados pelas empresas no ano de 2012. Por outro lado, a maior parte das empresas evidencia pelo menos 8 itens requeridos pelo CPC 25, os quais são: segregação por classe de provisão; valor contábil da provisão no início do período; valor contábil da provisão no final do período; movimentação (adição e/ou baixa) durante o ano em cada classe de provisão; reversão da provisão de valores não utilizados; descrição da natureza da provisão; descrição da natureza do passivo contingente; e estimativa do efeito financeiro do passivo contingente. Os achados demonstram que as empresas vêm evidenciando os itens requeridos pelas normas contábeis vigentes, mas não em sua totalidade. As empresas ainda possuem dificuldades de divulgação de itens como reversão de valores não utilizados, indicação de incertezas relacionadas a valor contábil e prazo de liquidação para provisão e passivos contingentes, descrição referente a Ajuste a Valor Presente (AVP) e cronograma esperado de liquidação da provisão. Ou, ainda, pode haver o desconhecimento por parte dos preparadores das demonstrações da exigibilidade dessa divulgação.

No que tange às características das provisões e das contingências passivas, as empresas brasileiras apresentam processos judiciais e administrativos que somam R\$498 bilhões. As provisões, que já foram contabilizadas e afetaram o lucro e o patrimônio das empresas, representam apenas 12% desse total (R\$58,8 bilhões). Quanto às contingências, que ainda não influenciaram o resultado e o patrimônio das empresas, 60% de todos os processos em que as empresas estão envolvidas estão classificados como possível probabilidade de perda,

chegando a quase R\$300 bilhões. Já os de probabilidade remota, ou seja, aqueles que possuem baixa expectativa de ocorrência, representam 28%. Destacam-se, principalmente, os processos tributários, que representam 69% do total, uma vez que o sistema tributário brasileiro é complexo, que existem frequentes mudanças na legislação, e que a quantidade de obrigações acessórias é ampla.

Com o intuito de mensurar os efeitos da reconfiguração das contingências passivas na situação econômica de empresas brasileiras, os passivos contingentes foram reclassificados. Os resultados demonstram que a redução no resultado das empresas, mesmo no extremo superior do cenário otimista, já é bastante representativa, afetando em média 129% de seus lucros/prejuízos do ano de 2012. Todavia, nota-se que algumas empresas possuem uma alta variação, pois a mediana nos cenários otimista e parcialmente otimista chega a, no máximo, 25%. No extremo superior do intervalo pessimista a mediana chega a 82%, ou seja, o efeito no resultado líquido da metade das empresas é de 82%, no mínimo.

Os reflexos no patrimônio líquido, mesmo no cenário mais conservador (pessimista), no qual todas as contingências possíveis e remotas foram reconfiguradas para prováveis e afetaram o patrimônio das empresas, chegam a uma redução de 10%, em média. Ainda que não represente uma variação significativa em termos percentuais, o impacto seria de uma redução em R\$439,5 bilhões de um patrimônio líquido total de R\$963,5 bilhões.

A partir das hipóteses formuladas, o objetivo do teste de diferenças de médias foi identificar se existem diferenças significativas entre as médias do lucro/patrimônio líquido das empresas antes e depois das reclassificações. Os achados apontam que, exceto no extremo inferior do cenário otimista, nos demais cenários (otimista – extremo superior, parcialmente otimista, moderado, parcialmente pessimista e pessimista) foram constatadas diferenças entre as médias, originando evidências de que os efeitos dos passivos contingentes no resultado e no patrimônio líquidos das empresas são significativos para estes cenários.

A complexidade de julgamento e o alto grau de subjetividade que estão presentes nas provisões e contingências passivas geram interesse e preocupação dos pesquisadores e usuários da informação contábil. Além disso, a partir dos achados desta pesquisa, percebe-se também a representatividade que estas possuem no patrimônio das empresas. Posto isso, surge o questionamento se essas informações são utilizadas pelos investidores para avaliarem a situação econômico-financeira das empresas, uma vez que a maior parte dos processos

judiciais e administrativos são apenas divulgadas em notas explicativas.

Desta forma, sugere-se para futuras pesquisas a investigação que vise identificar se os usuários das informações contábeis são influenciados pela divulgação de contingências passivas nas demonstrações financeiras das empresas. A pesquisa realizada num período maior de tempo pode demonstrar a evolução dos efeitos das contingências passivas no patrimônio das empresas. Assim como pesquisas com empresas estrangeiras são interessantes para comparar as influências em diferentes países.

Ainda, a presente pesquisa limitou-se a investigar os efeitos econômicos das contingências passivas. Dessa forma, recomenda-se a análise do impacto financeiro que essas contingências podem causar para as empresas, como falta de capital para pagamento dos passivos contingentes, alterações de liquidez e endividamento.

REFERÊNCIAS

AHARONY, A.; DOTAN, A. A comparative analysis of auditor, manager and financial analyst interpretations of SFAS 5 disclosure guidelines. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 31, p. 475-504, 2004.

ANTUNES, J. A. P.; MORENO, R. Assimetrias no Tratamento Regulatório de Operações de Crédito no Sistema Financeiro Nacional. In: Encontro de Administração Pública e Governança – ENAPG. Anais... São Paulo: ANPAD, 2006.

BAPTISTA, E. M. B. Ganhos em transparência versus novos instrumentos de manipulação: o paradoxo das modificações trazidas pela Lei nº 11.638. **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 2, p. 334-339, 2009.

BAUMAN, M. P. The Impact and Valuation of Off-Balance-Sheet Activities Concealed by Equity Method Accounting. **Accounting Horizons**. v. 17, n. 4, 2003.

BÔAS, B. V.; VALENTE, G. Companhias têm um peso de R\$ 25 bilhões em processos trabalhistas. **O Globo**, São Paulo, 08 de julho de 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/companhias-tem-um-peso-de-25-bilhoes-em-processos-trabalhistas-5424835#ixzz39LWzk28R>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS - BM&FBOVESPA. **Empresas Listadas**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas>> Acesso em: 10 nov. 2012.

BORBA, J. A.; ROSA, C. A.; FERREIRA, D. D. M.. The visibility (or invisibility) of environmental contingencies in foreign companies: first notes. In: American Accounting Association International Meeting 2013, 2013, Anaheim. **AAA Program**, 2013.

BORBA, J. A.; ROSA, C. A.; FERREIRA, D. D. M.; GUZZO, E.; VICENTE, E. F. R.. The relevance or irrelevance of environmental contingencies: a preliminary study in Brazilian companies. In: European Accounting Association 36th Annual Congress, 2013, Paris, France.

European Accounting Association, 2013.

BRUN, W.; TEIGEN, K. H.. Verbal probabilities: ambiguous, context-dependent, or both? **Organizational Behavior and Human Decision Processes**. v. 41, p. 390-404, 1988.

BUDESCU, D. V.; WALLSTEN, T. S.. Consistency in Interpretation of Probabilistic Phrases. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**. v. 36, p. 391-405, 1985.

CAPRIOTTI, K.; WALDRUP, B. E. Miscommunication of Uncertainties in Financial Statements: a study of preparers and users. **Journal of Business & Economics Research**. v. 3, n. 1, p. 33-46, 2005.

CASTRO, A. A. Sistema tributário brasileiro é complexo e injusto. **Revista Consultor Jurídico**, 26 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-mar-26/sistema-tributario-ruim-porque-possui-estrutura-complexa-injusta>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação CVM nº 489, de 03 de outubro de 2005** – Pronunciamento IBRACON NPC Nº 22: Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/>> Acesso em: 09 out. 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Ofício-circular CVM/SNC/SEP Nº 01/2007**. Orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, 2007, p.12-13. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/snc>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico nº 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. (CPC 25), 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>> Acesso em: 03 out. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico nº 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>> Acesso em: 14 jun. 2014.

DAVIDSON, R. A.; CHRISMAN, H. H.. Translations of uncertainty expressions in Canadian accounting and auditing standards. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**. v. 3, n. 2, p. 187-203, 1994.

DOUPNIK, T. S.; RICCIO, E. L.. The influence of conservatism and secrecy on the interpretation of verbal probability expressions in the anglo and latin cultural areas. **The International Journal of Accounting**. v. 41, n. 3, p. 237-261, 2006.

DOUPNIK, T. S.; RICHTER, M.. Interpretation of uncertainty expressions: a cross-national study. **Accounting, Organizations and Society**, v. 28, p. 15-35, 2003.

DU, N.; STEVENS, K. Numeric-to-verbal translation of probability expressions in SFAS 5, **Managerial Auditing Journal**, v. 26, p. 248-262, 2011.

DU, N.; STEVENS, K.; MCENROE, J. Improving consistency in interpreting SFAS 5, with Kevin Stevens and John McEnroe. **Research in Accounting Regulation**, v. 23, pp. 67 – 70, 2011.

EMBY, C.; DAVIDSON, R. A.. The Effects of Engagement Factors on Auditor Independence: Canadian Evidence. **Journal of International Accounting, Auditing & Taxation**. v. 7, n. 2, p. 163-218, 1998.

FARIAS, M. R. S. Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente: um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 6º, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006.

FINANCIAL ACCOUNTING STATEMENT BOARD. **Statement of Financial Accounting Standards nº 05 (FAS 5):** Accounting for contingences. 1975. Disponível em: <<http://www.fasb.org/pdf/fas5.pdf>> Acesso em: 16 out. 2012.

FONTELES, I. V.; NASCIMENTO, C. P. S.; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P.. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 12º, 2012, São Paulo.

Anais... São Paulo: USP, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLEASON, C. A., MILLS, L. F. Materiality and Contingent Tax Liability Reporting, **The Accounting Review**, v. 77, n. 2, p. 317-342, 2002.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria Básica*. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011, 924 p.

HARRISON, K. E.; TOMASSINI, L. A. Judging the probability of a contingent loss: An empirical study. **Contemporary Accounting Research**. Vol. 5, n. 2, p. 642-648, 1989.

HOFFMAN, Vicky B.; PATTON, James B. How are loss contingency accruals affected by alternative criteria reporting and incentives. **Journal of Accounting and Public Policy**. v. 21, p. 151-167, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES (IBRACON). **Normas Internacionais de Contabilidade**. São Paulo: IBRACON/CFC, 1998.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **International Accounting Standard nº 37 (IAS 37): Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets**, 1998. Disponível em: <<http://eifrs.iasb.org/eifrs/bnstandards/en/ias37.pdf>> Acesso em: 28 out. 2012.

KANGARLUEI, S. J.; MOTAVASEL, M.; SHARIFI, R. M. The Effect of Off-Balance Sheet Financing on Profitability and Leverage Ratios. **Business Intelligence Journal**. v.5, n.1, january, 2012.

KENNEDY, J.; MITCHELL, T.; SEFCIK, S. E. Disclosure of Contingent Environmental Liabilities: Some Unintended Consequences? **Journal of Accounting Research**, v. 36, n. 2, p. 257-277, 1998.

KIESO, D. E.; WEYGANDT, J. J.; WARFIELD, T. D. **Intermediate Accounting**. 4th ed. John Wiley & Sons, Inc., 2012.

MARTINEZ, A. L.; FARIA, M. P. Emissão de debêntures e *earnings management* no Brasil. **Revista de Informação Contábil**, v. 1, n. 2, p.57-71, 2007.

MARTINS, D. Estado do Rio multa CSN por área contaminada. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 09 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www1.valor.com.br/empresas/3078560/estado-do-rio-multa-csn-por-area-contaminada>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

MEIBAK, D.; FONTES, S. Ação civil pública contra Eternit pede indenização de R\$1 bilhão. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3241512/acao-civil-publica-contra-eternit-pede-ind-enizacao-de-r-1-bilhao>>. Acesso em: 14 set. 2013.

MEIBAK, D.; VIRI, N. Ações da TIM recuam 3,8% após denúncia sobre irregularidade contábil. **Valor Econômico**, São Paulo, 02 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://publicidade-valordigital.valor.com.br/empresas/2852804/acoes-da-tim-recuam-38-apos-denuncia-sobre-irregularidade-contabil>>. Acesso em: 14 set. 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Eternit pode ser condenada a pagar R\$1 bilhão: ação deve gerar o maior processo trabalhista do Brasil. **JusBrasil**, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://mpt.jusbrasil.com.br/noticias/100654853/eternit-pode-ser-condenada-a-pagar-r-1-bilhao>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

MOREIRA, C. F. P.; LIMA, A. V. A Evidenciação dos Derivativos no Brasil: uma tentativa de convergência para procedimentos internacionais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. v.8, n.1, p. 81 – 97, 2003.

NELSON, M. W.; KINNEY, W. R.. The Effect of Ambiguity on Loss Contingency Reporting Judgments. **The Accounting Review**. v. 72, p. 257-74, 1997.

NERY, C. Ambiente é uma das questões da CSN. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 08 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www1.valor.com.br/empresas/3114610/ambiente-e-uma-das-questoes-da-csn>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

NOGUEIRA, M. CSN é multada em R\$11 milhões por descumprir acordo após vazamento. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 de dezembro de 2012. Disponível em:

<<http://www1.valor.com.br/empresas/2946508/csn-e-multada-em-r-11-milhoes-por-descumprir-acordo-apos-vazamento>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

OLIVEIRA, J. S. Relato financeiro sobre provisões, passivos contingentes e activos contingentes: o caso português, **Revista Contabilidade e Gestão**, n. 4, p. 19-66, 2007.

OLIVEIRA, C. R.; TOLEDO FILHO, J. R.. Determinantes da evidenciação dos riscos de passivos ambientais. In: ENGEMA. Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2010, São Paulo. **Anais....** São Paulo: FEA/USP, 2010. v. 1. p. 1-15.

PASTORE, J. O acúmulo de ações trabalhistas. **O Correio Braziliense**, 2014. Disponível em:

<http://www.josepastore.com.br/artigos/rt/rt_352.htm>. Acesso em: 27 jun. 2014.

POETA, F. Z. **Julgamento relacionado às contingências: mensuração e análise das expressões verbais de probabilidades relativas ao passivo contingente**, 2012, 82f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed., 9. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGUPTA, P.; WANG, Z. Pricing of off-balance sheet debt: how do bond market participants use the footnote disclosures on operating leases and postretirement benefit plans? **Accounting and Finance**. v. 51, p. 787 – 808, 2011.

SILVA, C. A. T.; GONÇALVES, R. S.; TAVARES, A. L.; LIMA, D. V.. Influência do incentivo ao conservadorismo nas escolhas contábeis relacionadas ao reconhecimento de provisão de contingências passivas. **Revista Universo Contábil**. v. 6, n. 4, p. 6-20, out/dez., 2010.

SUAVE, R.; CODESSO, M. M.; PINTO; H. M.; VICENTE; E. F. R.;

LUNKES; R. J.. Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBOVESPA. **Revista da UNIFEFE**. v. 1, n. 11, p. 1-17, ago. 2013.

TEIXEIRA, C.; SILVA, A. F.. The interpretation of verbal probability expressions used in the IAS/IFRS: some Portuguese evidence. **Revista de Estudos Politécnicos**, v.12, p. 57-73, 2009.

TSAKUMIS, George T. The influence of culture in accountant's application of financial reporting rules. **Abacus**. v. 43, n. 1, 2007.

TONETTO FILHO, V.; FREGONESI, M. S. F. A.. Análise da variação nos índices de endividamento e liquidez e do nível de divulgação das empresas do setor de alimentos processados com a adoção das normas internacionais. In: 10º. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010.

VARELA, P. S.; BENETTI, J. E.; OLIVEIRA, A. F.. Disclosure das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBOVESPA. In: Congresso da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – AnpCONT, 2012, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: 2012.

APÊNDICE A – Dados coletados

Setor	Nome de Pregão	Provisões*	Passivos Contingentes*		
			Possíveis	Remotas	Possíveis/ Remotas
Bens Industriais	MINASMAQUIN A	-	3.600	7.042	-
Bens Industriais	WLM IND COM	1.520	13.230	16.499	-
Bens Industriais	METALFRIO	1.697	-	-	10.196
Bens Industriais	FORJA TAURUS	7.158	2.900	10.936	44.287
Bens Industriais	ACO ALTONA	1.054	-	9.477	727
Bens Industriais	METISA	2.873	-	-	-
Bens Industriais	BAUMER	1.935	-	-	-
Bens Industriais	BARDELLA	11.522	38.866	-	-
Bens Industriais	INDS ROMI	43.536	10.967	-	-
Bens Industriais	INEPAR	74.499	306.813	-	-
Bens Industriais	KLEPER WEBER	4.925	21.868	6.100	-
Bens Industriais	NORDON MET	126	-	-	-
Bens Industriais	LUPATECH	130.550	131.222	50.744	-
Bens Industriais	SCHULZ	1.805	8.210	-	-
Bens Industriais	WEG	206.613	338.541	80.900	-
Bens Industriais	EMBRAER	-	-	660.392	-
Bens Industriais	COBRASMA	65.262	-	-	-
Bens Industriais	AUTOMETAL	40.654	41.970	3.300	-
Bens Industriais	DHB	2.111	18.375	-	-
Bens Industriais	FRAS-LE	9.302	25.006	193.100	-
Bens Industriais	IOCHP-MAXION	102.216	79.503	696.360	-
Bens Industriais	METAL LEVE	184.417	4.366	18.932	-
Bens Industriais	MARCOPOLO	8.363	176.053	-	-
Bens Industriais	RIOSULENSE	3.649	5.330	-	-

Bens Industriais	PLASCAR PART	10.899	42.934	-	-
Bens Industriais	RANDON PAR	2.889	41.736	40.583	-
Bens Industriais	RECRUSUL	-	14.545	16.100	-
Bens Industriais	TUPY	109.291	380.474	38.000	-
Bens Industriais	WETSEL S/A	41.764	581	1.000	-
Bens Industriais	ALTUS S/A	3.560	5.008	2.397	-
Bens Industriais	CONTAX	175.344	70.860	-	1.075.896
Bens Industriais	CSU CARDSYST	50.596	33.861	39.512	-
Bens Industriais	DTCOM-DIRECT	123	112.885	5.960	-
Bens Industriais	MILLS	9.131	25.605	6.474	-
Bens Industriais	VALID	13.508	138.780	57.250	-
Construção e Transporte	BROOKFIELD	90.793	125.439	10.200	-
Construção e Transporte	CONST A LIND	5.291	12.038	16.900	-
Construção e Transporte	CR2	4.613	7.011	-	-
Construção e Transporte	CYRELA REALT	66.017	248.622	49.305	-
Construção e Transporte	DIRECIONAL	23.215	19.676	2.500	-
Construção e Transporte	EVEN	53.007	21.892	5.533	-
Construção e Transporte	EZTEC	6.676	1.849	-	-
Construção e Transporte	GAFISA	208.360	705.939	32.936	-
Construção e Transporte	HELBOR	17.600	18.667	-	-
Construção e Transporte	JHSF PART	8.899	23.686	-	-
Construção e Transporte	JOAO FORTES	10.650	41.515	-	-
Construção e Transporte	MRV	18.740	40.164	-	-
Construção e Transporte	PDG REALT	139.262	152.662	-	-
Construção e Transporte	RODOBENSIMO B	2.771	9.904	-	-
Construção e Transporte	ROSSI RESID	77.882	88.440	-	-
Construção e Transporte	TECNISA	31.530	55.000	8.000	-

Construção e Transporte	TGLT	-	-	179	-
Construção e Transporte	TRISUL	4.788	35.358	-	-
Construção e Transporte	VIVER	45.703	69.424	-	-
Construção e Transporte	AZEVEDO	2.022	3.219	18.247	-
Construção e Transporte	CONST BETER	5.255	-	-	-
Construção e Transporte	LIX DA CUNHA	35.285	106.501	104.183	-
Construção e Transporte	SULTEPA	27.794	5.097	-	-
Construção e Transporte	MENDES JR	766.656	48.953	9.728.777	-
Construção e Transporte	SONDOTECNICA	1.715	-	-	-
Construção e Transporte	TECNOSOLO	5.489	-	-	-
Construção e Transporte	BR BROKERS	3.168	8.378	-	-
Construção e Transporte	LOPES BRASIL	1.307	154.712	19.439	-
Construção e Transporte	CHIARELLI	3.587	-	-	-
Construção e Transporte	ETERNIT	51.116	8.102	59.795	-
Construção e Transporte	HAGA S/A	342	330	10.092	-
Construção e Transporte	PORTOBELLO	50.914	11.806	128.134	-
Construção e Transporte	ARTERIS	11.176	11.006	288.602	-
Construção e Transporte	CCR AS	60.750	164.973	342.341	-
Construção e Transporte	CONC RAPOSO	549	10.515	521	-
Construção e Transporte	ECOVIAS	17.946	35.537	46.191	-
Construção e Transporte	CONC RIO TER	2.363	5.804	1.346	-
Construção e Transporte	ECOPISTAS	408	3.885	107.147	-
Construção e Transporte	CONCEPA	286	284	107.147	-
Construção e Transporte	VIAOESTE	2.338	15.452	107.147	-
Construção e Transporte	NOVADUTRA	9.779	27.995	107.147	-
Construção e Transporte	ROD TIETE	1.686	651	12.273	-

Construção e Transporte	RT BANDEIRAS	230	1.241	-	-
Construção e Transporte	AUTOBAN	1.242	39.144	73.365	-
Construção e Transporte	ECON	38.364	53.467	138.670	-
Construção e Transporte	ECORODOVIAS	127.004	147.624	46.191	-
Construção e Transporte	ECONORTE	1.984	563	138.670	-
Construção e Transporte	INVEPAR	14.005	25.986	11	-
Construção e Transporte	ROD COLINAS	4.427	12.568	11.047	-
Construção e Transporte	TRIUNFO PART	3.747	20.774	204.911	-
Construção e Transporte	TRIANGULOSOL	1.004	14.036	4.564	-
Construção e Transporte	CENT ACU	-	-	-	-
Construção e Transporte	DOC IMBITUBA	18.005	-	-	-
Construção e Transporte	LLX LOG	17.223	-	100	-
Construção e Transporte	SANTOS BRAS	-	-	334.400	-
Construção e Transporte	SANTOS BRP	135.189	496.627	341.421	-
Construção e Transporte	WILSON SONS	22.217	191.117	103.503	-
Construção e Transporte	GOL	92.940	53.604	217.200	-
Construção e Transporte	LATAM AIRLN	1.140.382	1.416.659	183.318	-
Construção e Transporte	ALL NORTE	2.114	301.515	13.539	-
Construção e Transporte	ALL PAULISTA	78.809	656.188	-	-
Construção e Transporte	ALL AMER LAT	218.114	-	-	-
Construção e Transporte	FER C ATLANT	77.452	903.000	-	-
Construção e Transporte	MRS LOGIST	117.370	352.922	32.900	-
Construção e Transporte	HIDROVIAS BR	-	-	-	-
Construção e Transporte	LOG-IN	16.400	156.088	21.314	-
Construção e Transporte	TREVISA	5.215	9.233	10.961	-
Construção e Transporte	JSL	52.463	121.563	20.499	-

Construção e Transporte	TEGMA	26.831	-	-	-
Consumo Cíclico	BRASMOTOR	4.605	9.049	-	-
Consumo Cíclico	IGB S/A	159.224	-	-	-
Consumo Cíclico	MAGAZ LUIZA	199.202	339.161	186.900	-
Consumo Cíclico	SPRINGER	1.248	-	-	-
Consumo Cíclico	VIAVAREJO	164.700	961.773	1.337.477	-
Consumo Cíclico	WHIRLPOOL	148.034	414.925	147.579	-
Consumo Cíclico	B2W DIGITAL	18.941	35.010	-	-
Consumo Cíclico	DUFY AG	19.800	7.330	-	-
Consumo Cíclico	HYPERMARCAS	106.077	370.008	611.704	-
Consumo Cíclico	LOJAS AMERIC	104.727	710.536	-	-
Consumo Cíclico	AREZZO CO	3.038	9.733	-	-
Consumo Cíclico	GRAZZIOTIN	17.882	-	-	-
Consumo Cíclico	GUARAPARES	117.568	44.721	211.314	-
Consumo Cíclico	LOJAS HERING	-	-	4.769	-
Consumo Cíclico	LOJAS RENNER	52.785	62.313	-	-
Consumo Cíclico	LOJAS MARISA	54.699	80.038	-	-
Consumo Cíclico	LE LIS BLANC	4.900	10.196	-	-
Consumo Cíclico	LOCAMERICA	3.051	10.643	3.626	-
Consumo Cíclico	LOCALIZA	35.167	14.892	29.100	-
Consumo Cíclico	UNIDAS	22.446	108.517	-	-
Consumo Cíclico	MULTIPLUS	-	2.841	-	-
Consumo Cíclico	SMILES	-	-	-	-
Consumo Cíclico	ANHANGUERA	123.135	174.743	265.419	-
Consumo Cíclico	ESTACIO PART	23.205	514.140	954.809	-
Consumo Cíclico	ANIMA	50.262	30.714	99.995	-
Consumo Cíclico	KROTON	244.574	192.891	323.357	-
Consumo Cíclico	BHG	6.392	4.216	12.028	-

Consumo Cíclico	SAUIPE	3.049	6.035	-	-
Consumo Cíclico	IMC HOLDINGS	24.215	16.273	-	-
Consumo Cíclico	ABRIL EDUCA	9.991	85.290	18.993	-
Consumo Cíclico	SARAIVA LIVR	16.106	144.177	4.369	-
Consumo Cíclico	NET	375.753	1.459.905	37.017	-
Consumo Cíclico	BETAPART	-	-	-	-
Consumo Cíclico	MUNDIAL	4.994	21.273	468.296	-
Consumo Cíclico	TECHNOS	10.508	28.960	-	-
Consumo Cíclico	ALPARGATAS	41.330	126.132	485.800	-
Consumo Cíclico	CAMBUCCI	3.095	8.214	-	-
Consumo Cíclico	GRENDENE	2.444	6.702	6.497	-
Consumo Cíclico	VULCABRAS	90.366	82.861	7.160	-
Consumo Cíclico	BUETTNER	48.157	66.075	-	-
Consumo Cíclico	CEDRO	4.841	10.198	-	-
Consumo Cíclico	IND CATAGUAS	13.859	2.115	-	-
Consumo Cíclico	SCHLOSSER	35.245	25.692	9.747	-
Consumo Cíclico	COTEMINAS	99.331	46.001	92	-
Consumo Cíclico	SANTANENSE	15.529	1.024	-	-
Consumo Cíclico	DOHLER	324	19.370	-	-
Consumo Cíclico	ENCORPAR	1.844	-	-	-
Consumo Cíclico	FAB C RENAUX	-	-	-	-
Consumo Cíclico	TECEL S JOSE	-	-	-	-
Consumo Cíclico	KARSTEN	3.948	29.418	-	-
Consumo Cíclico	SPRINGS	18.859	565	-	-
Consumo Cíclico	TEC BLUMENAU	-	-	-	-
Consumo Cíclico	TEKA	572.518	-	39.595	-
Consumo Cíclico	TEKX RENAUX	45.517	20.570	-	-
Consumo Cíclico	VICUNHA TEXT	22.138	116.769	-	-

Consumo Cíclico	WEMBLEY	100.601	-	-	-
Consumo Cíclico	CIA HERING	9.743	91.113	121.232	-
Consumo Cíclico	UNICASA	5.165	20.480	-	-
Consumo Cíclico	HERCULES	156	8.957	212	-
Consumo Cíclico	NADIR FIGUEI	3.264	4.757	-	-
Consumo Cíclico	BIC MONARK	12.197	15.422	7.500	-
Consumo Cíclico	PRO METALURG	8.617	3.620	1.388	-
Consumo Cíclico	ESTRELA	129	1.152.142	34.144	-
Consumo Cíclico	TECTOY	2.771	852	-	-
Consumo Cíclico	PQ HOPI HARI	10.652	8.994	-	-
Consumo Cíclico	MAORI	5	24.329	-	-
Consumo Cíclico	SPTURIS	2.069	54.000	43	-
Consumo Cíclico	TIME FOR FUN	20.903	118.925	4.960	-
Consumo não Cíclico	RENAR	152	1.704	-	-
Consumo não Cíclico	SLC AGRICOLA	2.261	10.207	11.069	-
Consumo não Cíclico	V-AGRO	29.810	11.204	-	-
Consumo não Cíclico	ODERICH	21.279	1.588	-	-
Consumo não Cíclico	J.MACEDO	7.762	154.384	4.142	-
Consumo não Cíclico	JOSAPAR	29.010	102.725	14.552	-
Consumo não Cíclico	M.DIASBRANCO	46.901	327.548	-	-
Consumo não Cíclico	CACIQUE	6.665	1.452	1.933	-
Consumo não Cíclico	IGUACU CAFÉ	-	-	-	-
Consumo não Cíclico	BRF S.A	934.829	6.916.378	754.424	-
Consumo não Cíclico	EXCELSIOR	482	430	-	-
Consumo não Cíclico	JBS	203.361	31.192	1.522.138	-
Consumo não Cíclico	MARFRIG	237.889	1.300.344	-	-
Consumo não Cíclico	MINERVA	32.944	152.408	176.468	-

Consumo não Cíclico	MINUPAR	8.226	4.097	41.008	-
Consumo não Cíclico	LAEP	376.772	717.670	19.611.760	-
Consumo não Cíclico	MONTICIANO	-	-	-	-
Consumo não Cíclico	VIGOR FOOD	4.997	353	-	-
Consumo não Cíclico	AMBEV S/A	513.579	12.337.435	5.528.867	-
Consumo não Cíclico	AMBEV	651.146	11.912.738	5.528.867	-
Consumo não Cíclico	AGRENCO	28.345	28.345	2.038	-
Consumo não Cíclico	P.ACUCAR-CBD	774.361	7.451.912	431.998	-
Consumo não Cíclico	BR PHARMA	39.972	22.385	-	-
Consumo não Cíclico	DIMED	5.085	541	-	-
Consumo não Cíclico	PROFARMA	17.373	80.595	142.636	-
Consumo não Cíclico	RAIADROGASIL	12.070	25.074	10.899	-
Consumo não Cíclico	SOUZA CRUZ	172.800	394.000	696.951	-
Consumo não Cíclico	BOMBRIIL	84.487	3.779.823	308.706	-
Consumo não Cíclico	NATURA	63.293	762.738	1.367.072	-
Consumo não Cíclico	BIOMM	-	-	-	-
Consumo não Cíclico	CREMER	37.629	65.969	-	-
Consumo não Cíclico	NORTECQUIMIC A	187	4.411	591	-
Consumo não Cíclico	DASA	131.376	296.780	-	-
Consumo não Cíclico	FLEURY	65.170	255.876	743	-
Consumo não Cíclico	ODONTOPREV	110.754	10.546	66.973	-
Consumo não Cíclico	QUALICORP	74.597	41.117	40.500	-
Consumo não Cíclico	TEMPO PART	32.604	62.731	12.016	-
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	OSX BRASIL	-	-	-	-
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	HRT PETROLEO	-	32.668	-	-
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	OGX PETROLEO	-	-	-	-

Petróleo, Gás e Biocombustíveis	PACIFIC RUB	-	-	-	-
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	PETROBRAS	2.585.000	58.818.000	13.975.070	-
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	QGRP PART	-	32.469	116.068	-
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	PET MANGUINH	953.108	14.681	1.111.428	-
Tecnologia da Informação	BEMATECH	22.328	19.210	-	-
Tecnologia da Informação	ITAUTEC	92.975	165.086	-	-
Tecnologia da Informação	POSITIVO INF	24.362	228.264	591.300	-
Tecnologia da Informação	GAMA PART	-	-	-	-
Tecnologia da Informação	IDEIASNET	8.668	216.868	4.370	-
Tecnologia da Informação	LINX	-	305	-	-
Tecnologia da Informação	SENIOR SOL	1.447	-	-	-
Tecnologia da Informação	TELEBRASCTEL EBRAS	266.630	35.079	-	-
Tecnologia da Informação	TOTVS	6.370	175.254	-	-
Telecomunicações	CTBC TELECOM	202.939	122.281	65.443	-
Telecomunicações	EMRATEL PAR	860.019	11.792.448	764.521	-
Telecomunicações	JEREISSATI	1.063.196	3.190.648	3.195	-
Telecomunicações	LA FONTE TEL	1.010.289	3.170.414	3.195	-
Telecomunicações	LF TEL	1.544.649	4.832.139	1.801	-
Telecomunicações	OI	6.420.629	19.303.284	-	-
Telecomunicações	TELEF BRASIL	3.465.584	16.669.161	31.000	-
Telecomunicações	TELEMAR PART	6.435.525	19.337.281	-	-
Telecomunicações	INEPAR TEL	-	-	-	-
Telecomunicações	TIM PART S/A	311.287	7.792.585	195.359	-
Utilidade Pública	CABAMBIENTAL	1.338	3.077	11.620	-
Utilidade Pública	CASAN	139.263	-	63.511	-
Utilidade Pública	SABESP	1.506.201	2.796.700	30.417.920	-
Utilidade Pública	COPASA	84.549	515.179	265.313	-

Utilidade Pública	SANEPAR	395.774	164.816	1.484	-
Utilidade Pública	DALETH PART	37.819	15.749	1.501	-
Utilidade Pública	SANESALTO	-	-	-	-
Utilidade Pública	521 PARTICIP	-	4.018	6.155	-
Utilidade Pública	524 PARTICIP	-	-	-	-
Utilidade Pública	AES ELPA	501.130	2.291.073	-	-
Utilidade Pública	AES SUL	48.043	77.488	-	-
Utilidade Pública	AES TIETE	55.031	235.278	876.300	-
Utilidade Pública	AFLUENTE	6	4.261	-	-
Utilidade Pública	AFLUENTE T	-	-	-	-
Utilidade Pública	ALUPAR	7.871	98.104	68.233	-
Utilidade Pública	AMPLA ENERG	408.111	2.449.618	1.352.950	-
Utilidade Pública	AGCONCESSORE S	48.338	45.261	343.842	-
Utilidade Pública	BAESA	175	2.699	-	-
Utilidade Pública	EBE	75.078	668.508	212.936	-
Utilidade Pública	BONAIRE PART	-	758	725	-
Utilidade Pública	CACHOEIRA	560	-	-	-
Utilidade Pública	CEMIG DIST	104.986	3.726.810	93.549	-
Utilidade Pública	CEMIG GT	16.212	1.657.203	20.000	-
Utilidade Pública	ELETRORBRAS	5.556.334	27.205.850	7.000.000	-
Utilidade Pública	CELESC	426.645	35.402	75	-
Utilidade Pública	CELPA	227.389	1.212.560	974.701	-
Utilidade Pública	CEMAT	74.639	701.687	1.063.418	-
Utilidade Pública	CESP	1.941.473	3.206.492	3.289.579	-
Utilidade Pública	BRASILIANA	584.065	2.960.605	-	-
Utilidade Pública	CELGPAR	592	358	293	-
Utilidade Pública	COELBA	164.723	1.672.548	180.959	-

Utilidade Pública	CEB	54.177	23.435	1.000	-
Utilidade Pública	CEMIG	468.186	3.031.251	93.549	-
Utilidade Pública	CELPE	68.070	1.367.932	238.255	-
Utilidade Pública	COELCE	84.122	690.376	175.550	-
Utilidade Pública	CEMAR	216.235	107.923	21.642	-
Utilidade Pública	COSERN	31.539	341.630	60.255	-
Utilidade Pública	CEEE-D	382.505	-	-	-
Utilidade Pública	CEEE-GT	223.878	-	-	-
Utilidade Pública	COPEL	1.155.708	2.356.272	570.645	-
Utilidade Pública	PAUL F LUZ	104.172	338.330	765.131	-
Utilidade Pública	CPFL PIRATIN	143.619	529.484	-	-
Utilidade Pública	CPFL ENERGIA	1.002.624	2.472.014	748.573	-
Utilidade Pública	CPFL RENOVAV	24.861	9.103	101.127	-
Utilidade Pública	CPFL GERACAO	36.984	528.179	-	-
Utilidade Pública	TRAN PAULIST	120.882	65.942	41.956	-
Utilidade Pública	DESENVIX	540	11.786	1.590.801	-
Utilidade Pública	GER PARANAP	19.882	131.349	135.300	-
Utilidade Pública	ENERGIAS BR	185.112	1.184.298	117.031	-
Utilidade Pública	ELEKTRO	186.674	510.508	836.410	-
Utilidade Pública	ELETROPAR	1.697	-	2.590.024	-
Utilidade Pública	ELETROPAULO	485.167	2.291.073	-	-
Utilidade Pública	EMAE	31.462	20.091	50.893	-
Utilidade Pública	ENERSUL	168.923	210.023	1.687.267	-
Utilidade Pública	ENERGISA	69.821	592.179	400.069	-
Utilidade Pública	ENEVA	-	-	24.945	-
Utilidade Pública	EQUATORIAL	786.872	-	-	-
Utilidade Pública	ESCELSA	51.376	258.580	-	-
Utilidade Pública	FORPART	-	16.847	-	-

Utilidade Pública	GTD PART	-	-	-	-
Utilidade Pública	INVESTCO	7.629	88.669	82.691	-
Utilidade Pública	ITAPEBI	12.913	92.501	-	-
Utilidade Pública	LIGHT S/A	50.911	3.764.677	1.003.100	-
Utilidade Pública	LIGHT S/A	50.911	3.741.688	1.003.100	-
Utilidade Pública	NEOENERGIA	374.149	4.035.372	489.635	-
Utilidade Pública	PROMAN	-	-	-	-
Utilidade Pública	REDE ENERGIA	42.924	62.722	2.486.179	-
Utilidade Pública	REDENTOR	604.262	3.855.387	1.536.361	-
Utilidade Pública	RENOVA	84	2.367	-	-
Utilidade Pública	RIO GDE ENER	48.354	782.180	72.656	-
Utilidade Pública	TERMOPE	-	77.257	-	-
Utilidade Pública	TRACTEBEL	167.443	209.519	589.238	-
Utilidade Pública	TAESA	3.122	151.854	-	-
Utilidade Pública	UPTICK	6.311	74.125	-	-
Utilidade Pública	CEG	70.785	146.502	62.946	-
Utilidade Pública	COMGAS	53.402	125.359	37.800	-

*R\$ em mil.